



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

**FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS GOVERNOS DO PARÁ: ELITE
GOVERNAMENTAL E GRUPOS POLÍTICOS (1983-2006)**

BELÉM-PA
2012

MÁRCIO IVAN LOPES PONTE DE SOUZA

**FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS GOVERNOS DO PARÁ: ELITE
GOVERNAMENTAL E GRUPOS POLÍTICOS (1983-2006)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará – PPGCP/UFGPA, como requisito para obtenção do Grau de Mestre de Ciência Política, sob orientação do professor Dr. Milton Cordeiro Farias Filho.

**BELÉM-PA
2012**

Candidato: MÁRCIO IVAN LOPES PONTE DE SOUZA

Dissertação defendida e aprovada em ____ de setembro de 2012 pela banca
examinadora:

Prof. Dr. Milton Cordeiro Farias Filho – NAEA/UFPA
Orientador

Prof. Dr. _____ (UFPA)
Examinador

Prof. Dr. _____ (UFPA)
Examinador

Prof. Dr. _____ (UFPA)
Examinador

Prof. Dr. Celso Antônio Coelho Vaz
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Dedico este trabalho à minha mãe, Rosângela Santana Lopes de Souza (*in memoriam*), à minha amada filha Maria Fernanda de Freitas Ponte de Souza, e à memória e à verdade do povo paraense e brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e ao Mestre Gabriel, sem os quais eu não teria existido e me equilibrado o suficiente ante a tantas agruras ao longo dos dois derradeiros anos, em que tive de enfrentar o esfacelamento familiar fruto de uma separação conjugal, o desemprego e a falta de dinheiro, o preconceito religioso dos incompreensivos e a solidão filosófica, em prol do desenvolvimento científico, superados com os singelos beijos, cheiros e abraços de meu maior tesouro nesta vida: minha filha Maria Fernanda, a quem agradeço especialmente pelo seu amor incondicional ser o combustível de minha vitória.

Também quero externar meus sinceros agradecimentos ao meu amado pai, Roberto Ivan Ponte de Souza, conselheiro de primeira hora e meu bastião nas horas difíceis; à minha avó Maria Juracy Ponte de Souza (*in memoriam*), que patrocinou meus estudos nos melhores colégios, sem os quais, talvez, não fosse possível estar aqui hoje; e ao meu avô Hélio Cantão Lopes (*in memoriam*), homem de imenso coração e de educação e linguagem formal disciplinada, que me sustentou durante os primeiros anos de minha infância e juventude e me ofertou os primeiros excertos de Filosofia, Ética e da Espiritualidade.

Agradeço especialmente ao professor Doutor Carlos Edilson de Almeida Maneschy, que por um desígnio da vontade democrática da academia se encontra hoje e provavelmente nos próximos 04 anos Reitor da Universidade Federal do Pará, mas que aqui é mencionado pelo reconhecimento de ser um amigo verdadeiro e um exemplo de generosidade, marcas indeléveis desses 12 anos de amizade sincera.

Agradeço a meus amigos Wander de Andrade, Dilma Lopes e Yuri Vidal Santiago de Mendonça, por terem aberto a porta de seus lares quando as portas da vida aparentemente se fechavam para mim.

Agradeço a meus competentes amigos e companheiros de Ciência Política Jean Bittencourt, Luis Carlos Brito e, especialmente, o argonauta Carlos Eduardo de Souza Siqueira, num brevíssimo futuro Doutor, pelos debates acadêmicos de altíssimo nível e irretocável companheirismo regado à amizade, assim como pelo incentivo e pelo apoio para se alcançar o tão sonhado título de Mestre em Ciência Política.

Quero agradecer à minha namorada: a belíssima, doce e paciente Virgínia Cecim, que me colocou no colo e me deu seu amor com todo o carinho e compreensão nas horas que eu mais precisei recentemente, principalmente nos momentos em que antecederam a entrega do presente volume. Virgínia, pra mim, você é a minha linda mulher!

Como não poderia deixar de mencionar, agradeço a todo quadro funcional – Delice e Ana, amigas fiéis de primeira hora – e ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará, em nome de todos e especialmente ao professor Doutor Celso Antônio Coelho Vaz, pela seriedade, dedicação intensa e atenção total dispensada a todos os discentes do PPGCP e pelo apreço e aposta na minha hercúlea tarefa teórica.

E, por fim, quero agradecer ao meu orientador, o professor Doutor Milton Cordeiro de Farias Filho, pela coragem em aceitar esta mesopotâmica missão intelectual; e à contribuição fundamental – e mesmo incomensurável – dos gênios italianos Nicolau Maquiavel, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto para o presente trabalho e para a Ciência Política como um todo, haja vista seu papel fundamental em lançar as bases epistemológicas do que hoje podemos chamar de Ciência Política.

“Falemos de reinos e principados que existem”

Nicolau Maquiavel

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo central identificar quem são as Elites Governamentais que compuseram os Governos do Pará entre 1983 e 2006, a partir da metodologia de análise proposta pela Teoria das Elites. Nosso objeto de estudo foram os documentos intitulados Termos de Posse, arquivados na Secretaria Estadual de Administração (SEAD), onde se registram as nomeações do Secretariado de Estado e cargos afins. Utilizando-se do método da Posição Institucional foi detectado um Grupo Político formado a partir da composição de cada Governo investigado e, deste grupo, são selecionados os nomes que passaram a compor outros Governos, denominados “elite duradoura”. Cada membro desse último grupo corresponde a uma Conexão, que podem ser entre dois, três, quatro ou mais gestões. Analisando estes dados à luz do elitismo, produzimos um “índice de elitização” (IE), que compara o quanto cada Governo produziu, percentualmente, de nomes que compuseram a “elite duradoura”.

Palavras-chave: Teoria das Elites; Elite Governamental; Grupos Políticos

ABSTRACT

This study aimed to identify who are the central Government Elites who composed the Governments of Pará between 1983 and 2006 from the analysis methodology proposed by the Theory of Elites. Our object of study documents titled Terms Posse, filed with the State Department of Administration (SEAD), which record the appointments of Secretary of State offices and the like. Using the method of Institutional Position has detected a Political Group formed from the composition of each Government investigated and, of this group, are selected names that were included in other Governments, called “elite lasting”. Each member of this latter group corresponds to a Connection which can be from two, three, four or more administrations. Analyzing these data in light of elitism, produced a “Elitization Index” (IE), which compares how much each Government produced, percentage of names that formed the “elite lasting”.

Keywords: Theory of Elites; Elite Governmental; Political Groups

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Distribuição do número de termos de posse por governos estaduais (1983 a 2006)	40
Gráfico 2:	Distribuição do número de termos de posse por tipo de conexão no primeiro governo Jader Barbalho (1983)	42
Gráfico 3:	Distribuição do número de termos de posse por tipo de conexão no governo Hélio Gueiros (1987)	43
Gráfico 4:	Distribuição do número de termos de posse por tipo de conexão no segundo governo Jader Barbalho (1991).....	44
Gráfico 5:	Distribuição do número de termos de posse por tipo de conexão no governo Carlos Santos (1994).....	45
Gráfico 6:	Distribuição do número de termos de posse por tipo de conexão no primeiro governo Almir Gabriel (1995)	46
Gráfico 7:	Distribuição do número de termos de posse por tipo de conexão no segundo governo Almir Gabriel (1999)	47
Gráfico 8:	Distribuição do número de termos de posse por tipo de conexão no governo Simão Jatene (2003).....	49
Gráfico 9:	Situação quanto à conexão por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)	52
Gráfico 10:	Situação quanto à conexão por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Estratégias metodológicas para se mapear elites.	31
Quadro 02:	Composição por Termo de Posse (formação) do Primeiro Governo Jader Barbalho (GJB1)	65
Quadro 03:	Composição por Termo de Posse (formação) do Governo Hélio Gueiros (GHG)	66
Quadro 04:	Composição por Termo de Posse (formação) do Segundo Governo Jader Barbalho (GJB2)	66
Quadro 05:	Composição por Termo de Posse (formação) do Governo Carlos Santos (GCS)	67
Quadro 06:	Composição por Termo de Posse (formação) do Primeiro Governo Almir Gabriel (GAG1)	67
Quadro 07:	Composição por Termo de Posse (formação) do Segundo Governo Almir Gabriel (GAG2)	68
Quadro 08:	Composição por Termo de Posse (formação) do Governo Simão Jatene (GSJ)	70
Quadro 09:	Composição por tipo de “conexão” do Primeiro Governo Jader Barbalho (GJB1).....	71
Quadro 10:	Composição por tipo de “conexão” do Governo Hélio Gueiros (GHG)	72
Quadro 11:	Composição por Termo de Posse (formação) do Segundo Governo Jader Barbalho (GJB2)	73
Quadro 12:	Composição por tipo de “conexão” do Governo Carlos Santos (GCS).....	74
Quadro 13:	Composição por tipo de “conexão” do Primeiro Governo Almir Gabriel (GAG1)	74
Quadro 14:	Composição por tipo de “conexão” do Segundo Governo Almir Gabriel (GAG2)	75
Quadro 15:	Composição por tipo de “conexão” do Governo Simão Jatene (GSJ).....	77
Quadro 16:	Rede Geral (número total do universo de Termos de Posse e todos os nomes – inclusive quanto a sua frequência – presentes nos Termos de Posse)	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Composição por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)	38
Tabela 2:	Situação quanto à conexão por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)	51
Tabela 3:	Índice de Elitização dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I CAPÍTULO	18
SOBRE O VALOR HEURÍSTICO DA TEORIA DAS ELITES PARA A CIÊNCIA POLÍTICA	18
1.1 DESENHO DA PESQUISA.....	18
1.2 LIMITES E POSSIBILIDADES DA TEORIA DAS ELITES	20
1.3 TEORIA E MÉTODO DAS ELITES NO BRASIL RECENTE.....	25
II CAPÍTULO	30
A METODOLOGIA DA PESQUISA	30
2.1 O ELITISMO ENQUANTO MÉTODO EMPÍRICO DE ANÁLISE	30
2.2 ANÁLISE DAS ELITES GOVERNANTES NO ESTUDO.....	32
III CAPÍTULO	35
OS RESULTADOS DA PESQUISA	35
3.1 O QUE É UMA “CONEXÃO”?	35
3.2 CONEXÕES POR GOVERNO DE 1983 A 2006	41
3.2.1 Governo Jáder Barbalho 01	42
3.2.2 Governo Hélio Gueiros.....	43
3.2.3 Governo Jáder Barbalho 02	44
3.2.4 Governo Carlos Santos.....	45
3.2.5 Governo Almir Gabriel 01	46
3.2.6 Governo Almir Gabriel 02.....	47
3.2.7 Governo Simão Jatene	49
3.3 O “ÍNDICE DE ELITIZAÇÃO” (IE).....	50
CONCLUSÕES.....	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa teórico-empírica baseada na Teoria das Elites. Em geral, o tema das elites tem sido fonte de grande controvérsia, ora no sentido de reverenciá-la, ora voltada para sua crítica de forma mais contundente. Porém, se se aceitar o pressuposto básico da teoria, de que existe uma minoria organizada que dirige a maioria desorganizada, a identificação e formação dessa minoria organizada ou elite passa a ser um lócus privilegiado de investigação. Neste caso específico, o objeto de pesquisa é o que denominamos elites governamentais do estado do Pará, definidas como aqueles membros componentes do Secretariado de sete administrações estaduais, delimitado temporalmente entre os anos de 1983 e 2006.

O tema das elites já esteve em grande evidência na Ciência Política, o que levou mesmo à constituição de uma das principais correntes teóricas da mais jovem das Ciências Sociais. A Teoria das Elites é elaborada originalmente por Gaetano Mosca (1958) e Vilfredo Pareto (1980), e por Robert Michels (1982), em oposição ao marxismo, que lhe dirige duras acusações (GRAMSCI, 2002). Ganha reconhecimento internacional e acadêmico a partir de sua exportação para os Estados Unidos e os estudos dirigidos por Harold Lasswell (1984). Com Wright Mills (1975) alcança seu auge, tanto na divulgação de seus postulados quanto na crítica que se seguiu (BOURDIEU, 1989; POULANTZAS, 1982; TSBELLIS, 1998). Para Bobbio (2002) e Leoni (1991), é a primeira teoria propriamente dita de Ciência Política, enquanto Grinszpan (1996) confirma serem Mosca, Pareto e Michels os pais fundadores da Teoria das Elites.

O pressuposto básico da teoria é de que a sociedade é dividida em dois grupos, polarizando-a entre os que dominam (a classe política dirigente ou elite) e os dominados (a massa). Mosca (1958) é o primeiro autor a constatar e defender a importância de se debruçar sobre a formação e organização da elite, termo que passa a ser utilizado para designar a classe dirigente a partir da obra de Pareto (1980). Este último, além de dividir as elites em elite governante e elite não-governante, se propõe a tratar da circulação que ocorre dentro das elites. Michels (1982) ampliava a aplicação do conceito para outros tipos de organização, como os partidos políticos, dada a impossibilidade de ser aplicada uma forma democrática de fato ante a inevitável tendência à oligarquização da instituição. Lasswell (1967) destaca a importância de se estudar o poder e a influência, aplicando a teoria em estados como o

socialista, também dirigido por uma minoria organizada, enquanto que Mills (1975) se utiliza do método da posição institucional para mapear as elites.

Com o desenvolvimento das correntes pluralista e marxista, o elitismo perde espaço para outras propostas metodológicas (JEREZ MIR, 1982; URIARTE, 1997), porém sem invalidar sua proposta investigativa. No Brasil, ainda é tímida a produção de pesquisas sob esse enfoque, apesar de relevantes pesquisas terem sido realizadas em várias regiões do país nos últimos anos (ABREU, 2008; ÁLVARES, 2004; BRAGA E NICOLAS, 2008; BOTTINELLI, 2008a; BOTTINELLI, 2008b; CODATO, 2008; COSTA, 2008a; COSTA, 2008b; FARIAS FILHO E MATHIS, 2008; FARIAS FILHO, 2011; FLORENTINO, 2008; GOUVÊA, 2008; GRILL, 2008; LEAL, 2008; LEMENHE, 2008; MESSENERG, 2008a; MESSENERG, 2008b; NASCIMENTO, 2008; OLIVEIRA, 2008; PERISSINOTTO, 2008; PERISSINOTTO; CODATO, 2008; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2008; SANTOS; DA ROS, 2008; SEIDL, 2008a; SEIDL, 2008b). Nesse sentido, o presente trabalho se justifica tanto pela parca quantidade de pesquisas sob essa metodologia – se comparada com outras perspectivas metodológicas – quanto pela novidade da abordagem no Programa de Pós Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Contextualizada no estado do Pará, a pesquisa se volta para a seguinte questão: se elites existem, qual sua composição, como se formam e como podem ser abordadas do ponto de vista da Ciência Política? O problema de pesquisa aborda três questões: uma definição para elite, uma abordagem metodológica eficiente e eficaz para identificá-las e quais conseqüências podem ser observadas a partir de sua formação e renovação. A problemática é endereçada para a observação de quem governa ou os nomes que ocuparam, por nomeação direta do Governador, os principais cargos executivos estaduais entre 1983 e 2006: esse é nosso objeto de estudo, e nosso objetivo geral é de realizar uma aplicação empírica da Teoria das Elites no espaço político do estado do Pará.

Especificamente, nossos objetivos se direcionaram para, por uma lado, contribuir para o debate teórico acerca da Teoria das Elites; por outro, dividimos a contribuição da presente pesquisa para a análise da formação das elites governamentais, para a identificação dos grupos e subgrupos políticos resultantes dessa formação e para elaboração de um índice que metrificará o grau de elitização de cada um das sete administrações investigadas, comparativamente falando, com a finalidade de responder a seguinte questão central: quem governa?

Para alcançar estes objetivos, elaboramos um tipo ideal (WEBER, 1967) para designar as elites governamentais, baseado nos pressupostos da Teoria das Elites, porém adotando apenas alguns de seus aspectos que foram considerados relevantes para o presente estudo.

Para cada Governo investigado foi constituída uma legenda, com os respectivos nomes que formaram aquele grupo político, segundo os Termos de Posse. Dessa segregação surgem sete grupos políticos. Internamente, no grupo original formado em dado Governo, existem nomes que participaram apenas daquela gestão, enquanto outros atuaram em outras administrações investigadas, o que leva a uma separação qualitativa entre os nomes que não possuem e que possuem conexões com outros Governos: estes últimos são membros de um subgrupo que definimos como “elite duradoura”. Esta “elite duradoura” pode ter uma frequência em dois, três, quatro ou mais Governos, e daí resulta o maior ou menor grau de participação de cada Governo na formação da “elite duradoura”, comparando e descrevendo, ao final, a “elite duradoura”. Para facilitar a visualização dos dados e dos resultados, utilizamos a metodologia da S.N.A. (Análise de Redes Sociais) (MIZRUCHI, 2006) e organizamos o levantamento em gráficos, quadros e tabelas. Esta é a metodologia que adotamos.

Nossa hipótese é a de que cada Governo, quando é composto, forma uma elite governamental, emergindo desta elite um subgrupo político a fazer conexões com outros Governos, em maior ou menor grau, o que determinaria, em termos de índice, qual Governo exportou mais membros e quem seriam esses membros da “elite duradoura” nos Governos paraenses, segundo nossas definições e a metodologia adotada. Apesar de ser um estudo comparativo, em se tratando de analisar diferentes Governos conforme certas variáveis destacadas e o “índice de elitização” resultante da série investigada, os resultados finais também apresentam um resultado descritivo, com os nomes que compõe a elite das elites governamentais paraenses.

Assim, acreditamos ter alcançando nossos objetivos de contribuir para o debate acadêmico no âmbito da Ciência Política a respeito da controvérsia que envolve a Teoria das Elites, assim como atestamos a eficiência metodológica deste aparato conceitual para se discutir a formação e a organização das elites no cenário político paraense – esse é o teor do primeiro capítulo. O segundo capítulo foi dedicado para a exposição da metodologia que construímos para se mapear nossas elites governamentais. E no terceiro capítulo foram reunidos os resultados da pesquisa, apresentados na forma de gráficos, índices e tabelas, analisadas à luz da Teoria das Elites e da metodologia específica resultante da discussão teórica. Finalmente, em um último tópico, são discutidos os argumentos que corroboram ou

falseiam nossa hipótese inicial de trabalho, conforme os dados demonstram, apresentando os resultados finais qualitativos da pesquisa, propondo ainda linhas de pesquisas futuras que o uso metodológico da Teoria das Elites pode ensejar – são essas nossas Considerações Finais.

I CAPÍTULO

SOBRE O VALOR HEURÍSTICO DA TEORIA DAS ELITES PARA A CIÊNCIA POLÍTICA

1.1 DESENHO DA PESQUISA

Elites existem? Para uma importante corrente das Ciências Sociais e da Ciência Política, sim. Não somente existem, mas são resultado de um postulado lógico e matemático: é mais fácil se estabelecer um consenso e uma organização entre uma minoria do que entre uma maioria; a minoria se organiza e domina a maioria que é, por sua vez, desorganizada.

O método de análise das elites não é inteiramente novo, e desde a antiguidade clássica alguns pensadores perceberam, ainda que intuitiva e isoladamente, a importância e a necessidade de uma elite dirigente. Platão idealizou uma República perfeita, governada por filósofos, os únicos capazes de dirigir a pólis de forma boa e justa; Aristóteles defendia que uma classe superior se ocupasse das questões políticas, e não dos negócios, da agricultura ou outra atividade, visando à felicidade coletiva; não é preciso mencionar a estrutura rigidamente hierarquizada do Império Romano sob o comando dos céсарes e do Senado ou da Igreja Católica medieval, com o baixo e o alto clero e seus papas – seria ingenuidade crer que os dirigentes dessas instituições não tivessem noção do que seria uma minoria organizada, ainda que não fizessem uso do termo. Em todos os casos, o fato é que nenhum governante governa sozinho, o que implica em uma elite governante.

Modernamente, a base epistemológica de uma teoria sobre as elites esteve presente na obra de Maquiavel, de Guicciardini e de Rousseau e de muitos autores do século XIX, onde se destacam Saint-Simon (MOSCA, 1958, p. 306-7), Comte (PARETO, 1986) – e sua teoria dos “três estados” com suas diferentes elites, teológicas, metafísicas e científicas – e o próprio Marx (GRAMSCI, 1968), ao constatar que a estrutura da sociedade está baseada na luta de classes, dividida entre dominantes e dominados – antes da Revolução do proletariado, a sociedade seria organizada pelo pressuposto elitista; apesar disso, depois da Revolução, necessariamente uma nova elite surgiria, como corolário óbvio do princípio da maioria organizada *versus* a minoria desorganizada.

Portanto, partindo dessa tradição, que reconhece o fato de existirem elites como uma classe voltada para o domínio da maioria, nosso problema de pesquisa parte da seguinte questão: se existem elites, quem são as elites paraenses? E de que elites específicas estamos falando? E ainda mais: qual o método adequado para se investigar esse problema?

Objetivando responder essas perguntas centrais, orientadas pela questão central de se saber quem governa, produzimos a presente pesquisa, visando tanto contribuir para a discussão teórica acadêmica a respeito do conceito e da metodologia de análise das elites, quanto experimentar essa proposta em um objeto de estudo específico, delimitado no estado do Pará no espaço temporal de 24 anos, desde o início do processo de redemocratização do Brasil a partir das Eleições Diretas para Governador em 1982, com a vitória e manutenção do PMDB durante três mandatos seguidos, até o final das três consecutivas administrações do PSDB, em 2006.

O presente trabalho consiste em uma aplicação empírica de uma metodologia de análise dos fenômenos políticos baseada na Teoria das Elites. Formulada originalmente pelo cientista político italiano Gaetano Mosca (1958) no final do século XIX – desenvolvida por seu compatriota Vilfredo Pareto (1980) e pelo cientista político alemão Robert Michels (1982), tornando estes autores conhecidos como os elitistas clássicos – no esforço de tornar a Ciência Política uma disciplina do conhecimento científico, afirmava que em todo organismo político necessariamente existiria uma classe dirigente, tornando-se tarefa de última hora daqueles que desejavam estudar os fenômenos políticos que concentrassem seus esforços para o exame dos principais tipos de organização e de formação desta classe dirigente política (MOSCA, 1958, p. 308) ou elite.

No estado do Pará, assim como se pode verificar também em nível nacional, ainda é tímida a produção de estudos sob esse marco teórico. Um dos objetivos propostos neste estudo é o de demarcar o lugar da Teoria das Elites no surgimento e desenvolvimento da Ciência Política e de como seu escopo teórico e conceitual pode ser aplicado, reformulado e operacionalizado em diferentes lugares, em diferentes épocas e em diversos objetos de estudo.

Em nosso caso particular, voltamos nossa atenção para o Estado do Pará, e a formação e organização de uma elite específica, que denominamos elite governamental. Como um dos primeiros problemas metodológicos que a Teoria das Elites enfrenta é a definição do que seria a elite, optamos por adotar como ponto de partida a problemática sobre a conceituação de nossa elite: consideramos como elite governamental, exclusivamente para este estudo, todos os nomes que constam nos Termos de Posse arquivados na Secretaria Estadual de Administração (SEAD), documentos referentes ao provimento de cargos da administração superior do Poder Executivo estadual, que foram ocupados necessariamente pela nomeação direta do Governador do Estado.

Identificadas as elites governamentais, foram organizados os nomes segundo a composição dos Governos estaduais entre 1983 e 2006, correspondendo a sete administrações

e 288 nomes analisados. Cada Governo correspondeu a um determinado numero de nomes, que formaram um grupo político. Depois, os grupos políticos formados correspondentes a cada Governo foram comparados e contrastados entre si, o que permitiu a descoberta da mencionada de “elite duradoura”, ou nomes que surgem em um determinado Governo e se repetem em outros, estabelecendo assim o que denominamos de conexão entre duas ou mais gestões.

Pela análise dos dados em tela, devidamente segregados e agrupados, foi estabelecida uma tipologia para os grupos políticos: o grupo político original da formação daquele Governo; dentro desse grupo original, há os nomes sem conexão e os com conexão com outros Governos. Entre os nomes que formam as conexões, há nomes que surgem em diferentes graus de frequência: há quem participou de dois, três, quatro ou mais Governos. Assim, emergem grupos de conexões binárias, terciárias e quaternárias, segundo a quantidade de repetição daqueles nomes em diferentes Governos. Por esse resultado, indicamos o “índice de elitização” em cada Governo investigado, o que corresponde ao grau de presença de nomes daquele Governo na composição da “elite duradoura” por gestão.

1.2 LIMITES E POSSIBILIDADES DA TEORIA DAS ELITES

O termo elite surge no quadro de pensamento das Ciências Sociais carregado de inúmeras interpretações, sendo a falta de consenso em torno de uma definição na literatura especializada um dos primeiros problemas metodológicos a serem suscitados em torno do conceito de elite (FARIAS FILHO, 2011).

De uma forma geral, antes da abordagem sociológica, o termo aparece pela primeira vez num dicionário de língua francesa em 1771 e em 1823, quando é mencionado em língua inglesa, seu uso já estava ampliado para designar grupos sociais (LASSWELL; LERNER, 1967). Ainda assim, no período que antecede o debate acadêmico, seu uso original estava restrito à linguagem militar (unidade de elite), ainda que o conceito estivesse ligado à designação de pessoas que deteriam qualidades excepcionais ou ocupassem altas posições sociais (KELLER, 1967).

Porém, é ponto pacífico para a academia que a partir da obra dos cientistas políticos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, e do cientista político alemão Robert Michels, que o termo elite passa a ter uma definição teórica para as Ciências Sociais e áreas afins e, em especial, para a Ciência Política. Mosca lançou as bases da teoria quando propôs uma

metodologia de análise que considerasse a priori a existência de governantes e governados, relação esta que se assentava num conjunto de crenças e valores que garantiriam a dominação da elite (classe política dirigente) sobre a massa, que o autor denominava Fórmula Política (MOSCA, 1958).

Pareto considerou a ampliação do conceito de elite para todos os campos de atuação humana e dividiu a elite em elite governante e elite não-governante, ressaltando a Circulação das Elites como o elemento essencial de oxigenação da sociedade (PARETO, 1980).

Michels trouxe o conceito para dentro das organizações sociais, como os sindicatos e os partidos políticos, formulando a Lei de Ferro das Oligarquias, onde dentro de qualquer organização se desenvolveria uma tendência inelutável à oligarquização e, portanto, a formação de uma elite (MICHELS, 1982).

Ao denunciar os limites da democracia representativa e do socialismo, onde ambos sistemas (como qualquer outro) culminariam em elites dirigentes, a Teoria das Elites passa a ser combatida academicamente, em especial pelo marxismo, e acusada de ser corolário do fascismo (URIARTE, 1997). Apesar disso, a problemática em torno das elites encontraria terreno fértil para se desenvolver ao atravessar o Atlântico.

Ainda assim, seu arcabouço teórico acaba sendo exportado para limites que foram além das Ciências Sociais, da Sociologia Política, da Historiografia ou da Ciência Política, adentrando também no campo da Economia. O economista austríaco Joseph Schumpeter distinguia a democracia como um ideal absoluto ou valor supremo da democracia como realidade histórica. Dada a impossibilidade da população realmente governar, a democracia não seria outra coisa senão um método político de seleção das elites, que governariam de fato, e este deveria ser o ponto de partida da análise do sistema democrático (SCHUMPETER, 1961, p.291).

O debate torna-se ainda mais acalorado quando a Teoria das Elites é exportada para os Estados Unidos em meados do século XX. Um exemplar leque de pesquisas foi desenvolvida pelo Hoover Institute Studies, na Califórnia, sob a orientação do professor Harold Lasswell, um dos principais expoentes da Teoria das Elites nos E.U.A.. Lasswell defendia que a Ciência Política deveria considerar que seu objeto de estudo deveria ser a influencia e as pessoas que são influentes (LASSWELL, 1984, p.15), e dirigiu estudos acerca da elite nazista, sobre o Politiburo soviético e do Kuomitang da China comunista (LASSWELL; LERNER, 1967, p.05-06); também pesquisou as elites governamentais da era pré-hitlerista e da elite militar da União Soviética.

Porém, é com o lançamento do polêmico livro de Charles Wright Mills “A Elite do Poder” que a Teoria das Elites passa a ter um reconhecimento mais amplo, seja para sua desconstrução, seja para sua defesa, em um contexto no qual a teoria original das elites aplicada nos E.U.A. tornava-se o combustível para o desenvolvimento de diferentes correntes científico-políticas nos Estados Unidos.

A obra de Mills abordava empiricamente as elites norte-americanas, afirmando que haveria um círculo de poder formado pelas elites políticas, econômicas e militares, que se inter-relacionavam entre si e tomavam as principais decisões em prol de seus interesses particulares – porém seria menos uma coleção de pessoas do que um conjunto de entidades associadas (MILLS, 1975, p.24-25). O autor parte do método da *posição institucional* para mapear as elites em questão.

Junto a Mills, o estudo de Floyd Hunter, que mencionava a Regional City, onde o poder estaria concentrado nas mãos dos gerentes das grandes corporações, abordava o mesmo tema das elites, só que do ponto de vista do poder local (HUNTER, 1953), e chegava a conclusões semelhantes a Mills ao adotar sua metodologia local em outro estudo, de caráter nacional (HUNTER, 1959).

A partir desse momento, três correntes majoritárias passaram a dividir a Ciência Política norte-americana: os elitistas, os pluralistas e os radicais, em que pese a avalanche de críticas que a obra de Mills recebera das duas últimas (JEREZ MIR, 1982, p.06).

Os elitistas mantinham em parte a tese original de Mosca: a sociedade americana estaria regida por uma elite do poder unificada que comandava o destino dos Estados Unidos, escapando ao controle democrático, onde o poder político estaria concentrado nas mãos de uma minoria que governaria em benefício próprio, geralmente em torno de interesses econômicos – por esta razão, o poder dos políticos, profissionais ou não, estaria sempre abaixo do poder econômico, isso quando as elites financeiras não estivessem elas mesmas ocupando os postos da elite governante, como atestavam Mills e Hunter.

Para os pluralistas o poder se encontrava repartido entre grupos de elites com interesses claramente diferenciados e não necessariamente econômicos, intervindo em maior ou menor grau segundo a importância das decisões a tomar, mas de modo algum exercendo algum grupo a monopolização do poder, negando assim a existência de uma elite unitária e monolítica ou a subordinação das elites políticas às elites econômicas, rechaçando qualquer possibilidade de existência de uma classe dominante, quiçá uma luta de classes – esta corrente tem dentre alguns de seus principais expoentes Robert Dahl, William Kornhauser, Talcott Parsons, Daniel Bell e David Riesman, tendo todos estes autores dedicado algum trabalho

voltado para a refutação da tese de Mills em “A Elite do Poder”, ainda que suas críticas estivessem dentro de limites bem definidos. (JEREZ MIR, 1982, p.88).

Os radicais, identificados como marxistas e intelectuais de esquerda, tais como Paul Sweezy, Aptheker e Robert Lynd, receberam bem a obra de Mills, porém discordavam de seu marco teórico, uma vez que os conceitos do elitismo haviam sido formulados e direcionados originalmente para críticas ao socialismo, como descrito nas obras de Pareto e Weber – não obstante, acreditavam que a análise da estrutura de classes sociais, que dividia a sociedade em capitalistas e o proletariado, seria a metodologia mais eficiente na descrição da classe dominante dos E.U.A. (JERZ MIR, 1982, p.86-99).

Com isso, a Teoria das Elites não somente pôde ser considerada um dos marcos teóricos inaugurais da Ciência Política, como também sua difusão, objeção e sua crítica, ao aterrissar em solo estadunidense, torna-se uma das principais matérias-primas que originaram a profusão de métodos e teorias dentro do campo da Ciência Política acadêmica e especialmente a norte-americana.

Apesar disso, a Teoria das Elites, desde sua formulação original no final do século XIX e início do século XX, tem gerado controvérsias no processo de desenvolvimento da Ciência Política. Em publicações mais recentes foi considerada a primeira teoria de Ciência Política propriamente dita (LEONI, 1991; BOBBIO, 2002).

Alguns de seus conceitos centrais, como classe política (de Mosca) e elite (de Pareto), foram citados por alguns autores como categorias sociais de uma classe dominante (GRAMSCI, 2002) e seu escopo metodológico foi duramente criticado pelo estruturalismo marxista, o institucionalismo de escolha racional e a Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu, o que acabaria por gerar certo desinteresse pelo tema pelos cientistas sociais (PERISSONOTO; CODATO, 2008).

Houve quem afirmasse o despropósito teórico de trazer o debate acerca das elites para o interior do marxismo, haja vista a adequação dos indivíduos – independentemente de sua origem, posição social ou trajetória política – às estruturas estabelecidas entre o Estado capitalista e a sociedade (POULANTZAS, 1982).

Para outros autores, as “regras do jogo” tornavam as instituições uma variável independente que exerceria uma coerção sobre os indivíduos independentemente de seus atributos pessoais (TSBELLIS, 1998).

Outras posições adotaram uma crítica de que os teóricos das elites naturalizariam características individuais, que seriam de fato corolário das posições objetivas ocupadas na

sociedade, além de sua incapacidade de adotar uma perspectiva relacional em seu escopo analítico (BOURDIEU, 1989).

No entanto, o debate em torno da validade epistemológica da Teoria das Elites não invalida sua proposta metodológica. O estudo das elites proposto por Mosca, Pareto e Michels, tem demandado grande controvérsia epistemológica por parte da academia, mesmo com o consenso estabelecido de que esses autores são os pais fundadores da Teoria das Elites (GRINSZPAN, 1996).

Ainda que Mosca tenha sido publicado antes que Pareto, é a este último que é creditada a autoria do termo elite, como apontam os estudos de Albertoni (1989; 1990), Bobbio (1991), Bottomore (1965), Coser (1971), Guiddens (1975), Kolegar (1967), Meisel (1962), Parry (1969) e Sartori (1965) (GRINSZPAN, 1996).

Das obras de Mosca e Pareto em diante, a idéia da classe política dirigente ou elite foi objeto de inúmeros autores, que tentaram ampliar a concepção de classe política, reconhecendo os elitistas como defensores da liberdade (BURNHAM, 1947), definindo grupos que constituíram uma elite (MILLS, 1975), releeram os clássicos (BOTTOMORE, 1965), e muitos tentaram (LASSWELL; LERNER, 1967) e até hoje tentam ampliar o conceito.

As opiniões divergem e convergem, mas a tendência geral em se admitir a existência de elites, mesmo com todos os problemas que o conceito venha a suscitar, já é um indicador patente da validade do debate. Estudos mais recentes têm apontado que, no momento em que Mosca chama a atenção para a importância de se debruçar sobre o estudo das minorias politicamente ativas ou elites, estabeleceu-se um novo programa de investigação no âmbito da Ciência Política no cenário mundial (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p.07).

Os trabalhos de Harold Lasswell, James Burnham, David Riesman, Floyd Hunter, Charles Wright Mills, Robert Dahl, William Kornhauser, Seymour Lipset, Maurice Duverger, Raymond Aron, Giovanni Sartori, Peter Bachrach, Morton Baratz, Tom Bottomore e Ralph Miliband produziram, cada um a seu próprio modo, métodos de se investigar as elites (FARIAS FILHO; MATHIS, 2008), num movimento que vai até a década de 60 – a partir daí verifica-se um arrefecimento nos estudos das elites na Europa e nos EUA – e no Brasil, onde já não existiam muitos estudos sobre o tema, durante a década de 80 é quase inexistente o número de pesquisas sob esse foco.

Ainda assim, a elaboração intelectual da Teoria das Elites, além de ocupar um lugar próprio nas Ciências Sociais, sempre remonta a uma genealogia consagrada cujo ponto de partida indisputado é em Mosca, Pareto e Michels – mas além dos clássicos há uma série de

comentadores apoiados na teoria, seja para defendê-la ou esconjurá-la, que por muitas vezes prescindiram das referências nos textos dos próprios autores (GRINZSPAN, 1996, p. 35-36).

Norberto Bobbio, em uma de suas derradeiras publicações (2002), dedica o volume para um resgate intelectual de Mosca e Pareto. Reafirma que a Ciência Política nasce na Itália com os autores italianos, como também conclui Francisco Leoni (1991, p.221). Segundo Bobbio o esforço metodológico de Mosca é de, por um lado, reconhecer o atraso das Ciências Sociais em relação às Ciências Naturais, principalmente no que tange a quantidade de observações que esta teria em relação à primeira, na impossibilidade de se realizar experimentos e na parca quantidade de estudos históricos – por outro lado, para Mosca, o método histórico estaria para a Ciência Política como o método experimental para as Ciências Naturais (p 197).

Em Pareto, Bobbio – a quem dedica a maior parte do volume – destaca o debate metodológico paretiano acerca dos supostos “fatores” da evolução social, presentes em Montesquieu e Herbert Spencer, assim como em Darwin e nas teorias organicistas como a de Durkheim; noutra perspectiva, Pareto se dedicava a defender a teoria da heterogeneidade social – que desembocaria em seu conceito de elite – e criticar as teorias da raça ou da luta de classes: estas explicariam os fenômenos sociais apoiados em causas imaginárias e foram objeto, como quase toda a produção sociológica da época, de ácidas críticas no sentido de desconstruí-las para formular uma sociologia verdadeiramente científica (p 36).

Bobbio ainda dá relevo a construção de Pareto na teoria das ações lógicas, diferenciadas das ações não-lógicas, e as noções de resíduos e derivações, como pontos muito relevantes em seu sistema. Porém, como afirmado acima, pouca importância se deu para uma investigação profunda em suas respectivas obras, apesar da origem européia e do florescimento, desenvolvimento e ampliação da Teoria das Elites nos Estados Unidos, país em que, segundo Bobbio, Mosca é venerado (p 194).

1.3 TEORIA E MÉTODO DAS ELITES NO BRASIL RECENTE

Já no final dos anos 2000, se verificou um novo despertar acadêmico no país acerca de pesquisas sob o foco da Teoria das Elites – ainda que de forma geral a quantidade de trabalhos ainda seja tímida – onde se pode destacar edição da revista especializada Revista de Sociologia e Política que publicou, em 2008, uma série de trabalhos sob o viés do método

elitista, reunindo uma coletânea de estudos de renomados cientistas políticos de nível nacional e mesmo internacional.

As pesquisas, reunidas no volume com o título “Dossiê Elites”, abordaram os mais diversos objetos, demonstrando o leque de possibilidades que o viés elitista de investigação pode proporcionar aos estudiosos dos fenômenos políticos. Destarte, foi considerável a amplitude do campo de pesquisas científicas sob o modelo de pesquisa definido como elitismo.

Assim, cita-se o estudo de Messenberg (2008a), que se propõe a estudar uma elite específica – a Legislativa – no Brasil posterior à Assembléia Nacional Constituinte, no período 1987-1988. A autora procura chamar a atenção para variáveis bem pouco utilizadas para se entender as ações dos políticos destacando, por exemplo, as “orientações culturais” dos constituintes, obtendo resultados sobre a influência das identidades regionais diferenciadas entre si, que incidiriam em determinados modos de se fazer política. O trabalho de Messenberg, partindo do questionamento sobre o que condicionaria a ação dos deputados brasileiros nas votações e no *modus operandi* no Congresso Nacional, aponta uma série de regularidades no comportamento político a partir da análise de elites e suas conexões com variáveis como “cultura”.

É importante citar a abordagem do professor Bottinelli (2008a), ao discutir quais os diversos tipos de trajetória política as elites parlamentares uruguaias percorreram logo após a ditadura militar. Perguntando qual o caminho para se chegar à câmara alta no Uruguai, Bottinelli pesquisou 38 Senadores da Legislatura 2005-2010, procurando demonstrar padrões comuns de carreira, mobilidade interpartidária e divergências existentes entre políticos de partidos tradicionais e de esquerda. Ainda há um enorme espaço de pesquisa a ser percorrido e produzido no Pará em relação à trajetória de nossas elites.

Outro trabalho de extrema relevância para as pesquisas realizadas sobre o foco da Teoria das Elites é a questão debatida por Florentino (2008), a partir da hipótese de que os políticos profissionais são invariavelmente ambiciosos e tendem a buscar posições cada vez mais prestigiosas, influentes ou poderosas. Florentino utiliza o método prosopográfico para mapear os perfis biográficos daqueles que largaram a política ou as candidaturas a postos parlamentares menores em relação àqueles exercidos anteriormente, ao pesquisar as disputas legislativas entre 1990 e 2006, elencando certas variáveis explicativas prováveis para se entender esse processo de auto-exclusão da política.

Grill (2008) levanta o problema sobre se existiriam certas condições para a profissionalização política, admitindo as possibilidades de elas serem sempre as mesmas ou se

variam conforme as configurações regionais. Grill analisa a trajetória, a base social e as concepções dos Deputados Federais do Rio de Janeiro e do Maranhão em um gigantesco espaço de tempo, entre 1946 e 2006. O autor ainda vai além, comparando a heterogeneidade social, as condições que permitem ou presidem a ascensão política, as estratégias de conversão de bases sociais em apoios eleitorais e a própria legitimidade dos papéis políticos nessas unidades da federação. É um verdadeiro programa de mapeamento das elites.

Codato (2008), um dos organizadores da referida coletânea, investiga o problema de quando e como os políticos tornam-se mais profissionais, estudando as propriedades políticas e sócio-ocupacionais dos representantes da bancada de São Paulo na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, sob três variáveis: social, institucional e contextual. Nesse caso Codato se limita a uma legislatura – no entanto, a escassez de documentos e dados e a riqueza das variáveis adotadas torna o estudo uma importante referência às elites do período em questão.

Além disso, a problemática que encerra o recorrente fato de que são poucas as fontes de pesquisa para se garimpar dados sobre as elites (as famosas abordagens prosopográficas) é discutida por Braga e Nicolas (2008). Os autores analisaram os Deputados Distritais da legislatura 2003-2007, ao se proporem constituir um índice que indica, avalia e mensura o grau de disponibilidade das informações sobre tais atores na web. Como trata de um novo viés de investigação, o mapeamento de elites a partir da web seria um dos caminhos para se produzir estudos sobre elites.

Some-se a essa revisão da literatura sobre as pesquisas sobre elites no Brasil o estudo de Santos e Da Ros (2008), que analisam uma nova categoria de elite que só recentemente foi descoberta no Brasil: os Ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, estudando o recrutamento e as características dos membros do Supremo Tribunal de Justiça (1829-1890) e do Supremo Tribunal Federal (1891-2006) num espaço de tempo de quase dois séculos, entre os anos de 1829 e 2006, quanto à sua posição social, sua origem geográfica, a instituição escolar que cursou e a natureza da sua carreira de origem, visando demonstrar as mudanças que ocorrem ao longo do tempo nos “caminhos que levam à Corte” no Brasil.

E a questão da imprevisibilidade das decisões dos operadores do Direito, baseando-se em quem julgam os juízes? Perissinotto (2008), outro organizador da coletânea, e seus colaboradores, estudam a elite judiciária baseando-se nos valores dos agentes, nas instituições e/ou os processos de socialização e no conteúdo das decisões dos magistrados, analisando o Tribunal de Justiça do Paraná, visando entender e explicar o comportamento desses agentes.

Ao perguntar sobre as características dos dirigentes de organizações ambientais, Oliveira (2008) desmistifica o senso comum sobre a elite ambientalista ou ecologista, que

acredita que esta ocuparia as principais posições baseadas na formação específica ou na perícia técnica que esses assuntos exigem, ao investigá-los desde o início do movimento ecologista no país, a partir da década de 70, até 2004, e descobrir as conexões que formam a cúpula do ambientalismo nacional.

O “Dossiê” ainda publica o artigo de Abreu (2008) sobre a oligarquia política estadual do Rio Grande do Sul remanescente do Estado Novo para demonstrar as conexões entre o governo Vargas e as elites estaduais, analisando sob o viés da cooptação e da conciliação; e o de Seidl (2008a) sobre as variadas estratégias adotadas pelas elites do Exército brasileiro entre o Império e a I República, destacando as relações entre a reciprocidade pessoal e as tomadas de posição política para a ascensão na carreira. A variedade multidimensional da Teoria das Elites, aqui, não é somente atestada, mas percebida quanto às possibilidades de pesquisa que pode proporcionar.

A fim de se justificar ainda mais solidamente nossa escolha teórica e assegurar a seriedade do campo de investigação da Ciência Política que se assenta nesse tipo de estudo, citamos outras pesquisas realizadas recentemente, publicadas no 32º Encontro Anual da ANPOCS. E chamamos a atenção para trabalhos realizados em diversas regiões do país para, em perspectiva, visualizarmos a abrangência de pesquisas sob o foco da Teoria das Elites em âmbito nacional.

Assim, o trabalho de Lemenhe (2008) apresenta uma análise sobre as relações entre as elites econômicas e as elites políticas em outro país. Outro exemplo é mais um estudo da já aqui referida Messenberg (2008b) sobre as elites legislativas no Brasil, centrando sua análise na produção legislativa e nas representações políticas da elite parlamentar. Ainda foram publicados outros estudos, onde destacamos Leal (2008), Costa (2008) e Seidl (2008b). A heterogeneidade de estudos em diferentes regiões amplia o alcance da aplicação do método elitista país afora.

Já o trabalho de Perissinotto e Miríade (2008) constitui uma metodologia baseada na Teoria das Elites para se estudar os ocupantes de cargos parlamentares, no que se refere as suas respectivas trajetórias políticas.

Ainda frisamos que o debate a respeito das elites repercute internacionalmente, como a de mais um estudo do já citado Bottinelli (2008b), e o de Gouvêa (2008), de caráter comparativo em nível nacional, comparando as elites administrativas de duas das principais Presidências da República da recente História do Brasil.

Com uma variedade tão grande e diversa quanto os diferentes tipos de delimitação objetiva em foco – com suas respectivas metodologias propostas – de fato ainda há, no Estado

do Pará, um amplo campo de investigação sobre as elites. Os trabalhos mais recentes que tratam de investigar as elites em nossa região amazônica são de Farias Filho e Mathis (2008), que procuraram estabelecer novas estratégias metodológicas para possibilitar a identificação de elites na Amazônia, e o de Farias Filho (2011), que apresenta estas mesmas estratégias metodológicas para se identificar elites regionais. Estas são as maiores referências contemporâneas locais acerca de inovações metodológicas e de cunho científico endereçadas ao objeto elites na Amazônia.

No trabalho em que apresentam resultados parciais de pesquisa sobre elites locais na Amazônia, Farias Filho e Mathis (2008) conduzem o leitor ao universo do recrutamento, formação e organização das elites nos municípios do Estado do Pará. Partindo de uma revisão bibliográfica da origem, elaboração, aplicação e desenvolvimento de pesquisas baseadas na Teoria das Elites, o autor leva o leitor para uma digressão, partindo dos termos mais elementares das definições, conceitos, limites e possibilidades do elitismo, como também aplica empiricamente seus postulados em um objeto tão novo quanto aos estudos de elites, que é o estado do Pará. Para além disso, somente mapeamos o trabalho de Álvares (2004), sobre o tema das mulheres na competição eleitoral em relação às candidaturas e ao padrão de carreira política no Brasil.

Assim o elitismo, enquanto método de análise dos fenômenos políticos, apresenta certo vigor e capacidade explicativa, especialmente no que se refere ao mapeamento de elites. Nos próximos capítulos, demonstraremos metodológica e empiricamente a aplicação da Teoria das Elites na busca de identificarmos a elite governamental paraense.

II CAPÍTULO

A METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 O ELITISMO ENQUANTO MÉTODO EMPÍRICO DE ANÁLISE

Uma das questões centrais que permeiam universalmente todos os estudos acerca dos fenômenos políticos é a questão do poder (FUKS; PERRISSINOTO, 2005), o que englobaria também a Teoria das Elites. Porém, a partir dessa problemática e das dificuldades em torno de um consenso sobre quem tem o poder, duas propostas metodológicas foram elaboradas com base na tradição weberiana: o “método posicional” e o “método decisional”.

O método posicional afirma que o poder de se tomar decisões políticas estaria concentrado em indivíduos que ocupam as posições institucionais estratégicas em uma comunidade – portanto, para se descobrir quem governa a comunidade seria necessário em primeiro lugar se mapear essas posições institucionais estratégicas para, em seguida, realizar aquilo que Mills chamou de uma “sociologia das posições institucionais” (MILLS, 1975). O método decisional já considera que se o poder é o poder de decidir, somente estudos de processos decisórios concretos é que poderiam revelar ao analista político os indivíduos ou grupos capazes de exercer o poder (DAHL, 1970).

Farias Filho (2011) destaca que existem três estratégias metodológicas para se mapear elites: a posição institucional, a reputação social e a decisão. Nesse sentido, elenca a descrição das três estratégias mais utilizadas e os limites de seus usos (p 179), após expor a metodologia de Mills, a crítica de Dahl (1958) e dos pluralistas – que negam a existência de uma unidade na elite – e do modelo de Putnan (1976), que parte da posição institucional. Ainda destaca a ressalva de Parsons (1957) acerca da dificuldade de se identificar elites ante a insuficiência de dados e outras questões empíricas difíceis de se captar, além do programa metodológico de Lasswell e Lerner (1967) para se mapear elites. A síntese de Farias Filho está exposta da seguinte maneira:

Quadro 01: Estratégias metodológicas para se mapear elites.

Estratégias	Descrição	Limites do uso
Posição institucional	A identificação é feita a partir da posição nas organizações formais do sistema político (executivo, legislativo), econômico (empresas), jurídico (tribunais e afins). O critério de inclusão na elite é a posição de cada integrante da lista de nomes, na hierarquia funcional do sistema.	Deixa de fora pessoas consideradas “não elites”, que são as que não ocupam posições de destaque. Algumas pessoas têm grande capacidade e poder de veto sobre as decisões dos que estão em posições de destaque em uma sociedade.
Reputação social	A identificação é feita a partir da reputação que tem uma pessoa ou grupo dentro de uma sociedade. Geralmente é identificada a reputação em listas nominais, quando uma pessoa da lista indica outra(s) ou informa a importância dos que constam na lista.	É difícil de operar e trabalha muito com o imaginário coletivo, já que não consegue ser objetivo e uma lista prévia é sempre parcial e limitada. Muito usado em sociedades tradicionais. Requer a identificação de redes sociais como forma de montagem de lista.
Decisão	A identificação é feita a partir da capacidade de tomada de decisão, levando em conta os efeitos das decisões tomadas na sociedade e a competência formal para decidir dentro de organizações e instituições da sociedade.	Depende da capacidade de verificar a rede de decisões e a relação de causa-efeito em cada decisão no sistema político, além de deixar de fora as decisões informais, como os grupos sociais de oposição (“não elites”). Trabalha apenas com as decisões formais.

Fonte: FARIAS FILHO, 2011, p.179

Como já mencionado, os estudos elaborados nos E.U.A. a partir da década de 50 possibilitaram o desenvolvimento de inúmeros trabalhos sobre o tema das elites, ampliando seu enfoque metodológico (GRYNSZPAN, 1996). O debate metodológico que se segue desemboca na predominância de diferentes correntes teórico-metodológicas da Ciência Política nos Estados Unidos, como o elitismo, o pluralismo e o marxismo (JEREZ MIR, 1982). O presente estudo se assenta na corrente do elitismo e, apesar da combinação de

métodos ser comum em estudos de elites, optamos por não fazer uso do método decisional, delimitando nosso escopo metodológico no método posicional, diante do exíguo tempo para a realização da pesquisa.

2.2 ANÁLISE DAS ELITES GOVERNANTES NO ESTUDO

Partindo do método da posição institucional para se descrever a formação e organização da Elite Governamental paraense entre os anos de 1983 e 2006, seguimos as orientações e precauções postas em relevo por Farias Filho (2011). Se o método da posição institucional parte da identificação, em primeiro lugar, das posições existentes no sistema político vigente, nosso ponto de partida foi descobrir que posições poderiam exercer um nível de poder em se tratando do executivo estadual. Como o primeiro problema metodológico que o estudo sobre elites apresenta é a definição de quem pertenceria à elite, nosso primeiro passo será mesmo a definição do que denominamos elite governamental: os nomes presentes nos Termos de Posse, documentos referentes a nomeação pessoal do Governador para o provimento de cargos de confiança, sejam estes de Secretários de Estado, Chefes Militares, Presidentes de Fundações, Autarquias, Institutos e outros órgãos estatais afins.

Definido o objeto específico ou a elite a que este estudo se propõe – a saber, os nomes presentes nos Termos de Posse arquivados na Secretaria Estadual de Administração – é possível expor de forma mais objetiva a metodologia da pesquisa, que é o método da posição institucional. No entanto, apenas saber quem é quem no provimento de postos-chave em um Governo é objetivo sem sentido e despropositado para um estudo acadêmico. Propusemos investigar, a partir desse levantamento, a formação e organização da elite governamental: essa elite é composta, segundo os critérios estabelecidos pelo método posicional, por um grupo político que é nomeado a cada Governo.

Cada um dos Governos formados – Jäder Barbalho 01, Helio Gueiros, Jäder Barbalho 02, Carlos Santos, Almir Gabriel 01, Almir Gabriel 02, Simão Jatene – corresponde a um grupo político. Este grupo formado a cada Governo é composto por dois tipos de indivíduos: os que fizeram conexão com outros Governos e os que participaram exclusivamente do Governo que foram nomeados – estes últimos são designados como sem conexão. Dentre os que correspondem a conexão com outros Governos, podem ser classificados da seguinte forma: conexão binária (entre dois Governos), conexão terciária (entre três Governos), conexão quaternária (entre quatro ou mais Governos).

A fonte de informações que constituiu o banco de dados sobre o qual realizamos a pesquisa foram os documentos oficiais do Governo do Estado do Pará, intitulados Termos de Posse, arquivados na Secretaria de Estado de Administração (SEAD), a fonte do levantamento empírico. Os Termos de Posse dizem respeito à nomeação pessoal e intransferível do Governador do Estado no provimento dos cargos de confiança da administração superior do Poder Executivo. Foram dissecados 288 Termos de Posse, correspondentes ao período que vai de 1983 a 2006, de onde se extraiu a construção e análise, comparação e descrição dos grupos políticos aqui estudados.

Dada certa dificuldade em organizar e separar os grupos políticos, foi utilizado o recurso da S.N.A.: *Social Network Analysis* ou análise de redes sociais. Este recurso metodológico visou a contribuição, no presente trabalho, para a relação e segregação dos nomes levantados nos Termos de Posse. Vale ressaltar que este não é um estudo de redes, mas sim se utiliza desse aparato para facilitar a organização dos dados.

Mizruchi (2006), além de rever os antecedentes históricos da S.N.A., aponta para certas características que ordenam esse tipo de análise metodológica, como o de que o princípio básico da S.N.A. é a consideração de que a estrutura das relações sociais determina o conteúdo dessas relações, somado ao fato de que certos termos ofuscam aquilo que, para os teóricos de redes, seria a matéria principal da vida social: as redes concretas de relações sociais, que ao mesmo tempo incorporam e transcendem organizações e instituições convencionais (MIZRUCHI, 2006), o que vai ao encontro de certos resultados obtidos em nossa pesquisa, uma vez que certas conexões são mais perenes que Governos.

Assim sendo, a estrutura de composição da rede social da elite governamental ou grupo político é a nomeação para um cargo de confiança, feita diretamente pelo Governador do Estado. Destarte, salientamos o fato do presente estudo não ser especificamente um estudo de redes sociais: apenas aplicamos o princípio da Teoria das Elites através do método da S.N.A., sobre a questão da formação e renovação do Governo, ao analisar a constituição dos respectivos Secretariados, partindo exclusivamente da posição institucional.

A formação do Governo se dá pela nomeação do Secretariado. O Secretariado se forma enquanto uma rede social de confiança do Governador. Essa rede social que forma o Secretariado de Governo é nosso objeto de análise. Sua estrutura é a escolha pessoal. É essa rede que forma a cada Governo um Grupo Político ou Elite Governamental, que representa a face do Governo. Deve-se destacar que quando mencionamos o termo Secretariado ou Primeiro Escalão estamos nos referindo exclusivamente aos nomes contidos nos Termos de Posse.

De forma sintética, nossa metodologia é a do método posicional, baseada nos princípios da S.N.A.. Nosso objeto de estudo é a elite governamental, definida como os nomes presentes nos Termos de Posse do Secretariado ou Primeiro Escalão governamental. Dessa elite governamental surge a “elite duradoura” ou a “conexão”, que pode ser entre dois ou mais Governos. E a partir desses dados foram comparados todos os Governos investigados no que tange ao menor ou maior número de nomes que compõe a “elite duradoura”, resultando assim no “índice de elitização”.

III CAPÍTULO

OS RESULTADOS DA PESQUISA

3.1 O QUE É UMA “CONEXÃO”?

Para efeito deste trabalho uma “conexão” é definida por nós como um elo de ligação, por meio de uma espécie de ator-ponte, entre dois Governos ou mais, a partir da presença de certos personagens em posições de elite, como uma classe política dirigente (MOSCA, 1958) ou atores institucionais da administração superior estadual, segundo a natureza política de seus cargos: a nomeação, como consta nos Termos de Posse levantados e investigados. Cada tipo de “conexão” – que pode ser do tipo “conexão” Binária (entre dois Governos), “conexão” Terciária (entre três Governos) ou “conexão” Quaternária (entre quatro Governos ou mais) – corresponde à frequência com que certos nomes se repetem na formação de cada Governo, considerando-se diferentes gestões.

Os postos-chave são ocupados pela vontade política do Governador através de nomeações pessoais. Portanto, cada Governo tem uma cara, um rosto, visível a todo investigador da política, o que o transforma em elite governante em oposição à elite não governante (PARETO, 1980). O Governo formado pela nomeação é documentado nos Termos de Posse do Secretariado.

Ao esmiuçar todos os Termos de Posse que existem arquivados na SEAD entre 1983 e 2006, verificamos os nomes – único dado comum e universal a todos os documentos – de quem (quem governa) compôs os Governos paraenses (o quê) em 24 anos (quando), produzindo um recorte espaço-temporal para situar o objeto de análise segundo critérios já bastante utilizados e reconhecidos na ciência política (LASSWELL, 1984; LASSWELL; LERNER, 1967; MILLS, 1975). E de como alguns nomes se repetem em diferentes administrações, passando de atores (membros da “elite governamental” que compunha um Governo) a personagens (uma “conexão” Binária, Terciária ou Quaternária), indivíduos componentes de uma “elite duradoura”, em certa medida resistente à inevitabilidade da lei de ferro das oligarquias (MICHELS, 1984) quando outro grupo político passa a controlar uma instituição e à circulação das elites (PARETO, 1984) prevista na mudança entre Governos.

Dáí a descoberta do fato de que determinados Governos são compostos por uma quantidade maior ou menor de indivíduos que já pertenceram a outros Governos, e mais: alguns indivíduos passam não somente por dois, mas por três, quatro e até mais Governos, correspondendo assim esses elementos a uma espécie de grupo político dentro dos grupos

políticos formados em cada um dos diferentes Governos como uma “elite duradoura” governamental, apesar de não coesa (DAHL, 1958).

Vale ressaltar que esta “elite duradoura” pode se apresentar de forma contínua ou descontínua na gestão da administração superior de diferentes Governos. Isto quer dizer que determinados membros deste grupo podem aparecer em uma determinada administração e ressurgir somente após intervalos de uma, duas ou mais administrações, enquanto que outros representantes dessa mesma “elite duradoura” solidificam-se por duas, três, quatro ou mais administrações, até se encontrarem sob a égide de uma nova elite e seu corolário da lei de ferro das oligarquias – das novas, no caso – e da inevitável circulação das elites, forçosamente exigindo a instauração de uma nova elite governante e removendo antigas oligarquias. Por esta razão é que a história é considerada um “cemitério de aristocracias” (PARETO, 1980).

Toda classe política dirigente ou “elite governamental” assenta seu domínio sobre um conjunto de valores e crenças que garantem a legitimidade do domínio da elite sobre a massa, sistema este denominado de fórmula política (MOSCA, 1958). A fórmula política, elaborada pela ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985, passou por inúmeras transformações, tais foram os Atos Institucionais impostos pelo Governo militar de então. Apesar disso, o processo de redemocratização eclodido no final dos anos 70 na América Latina impôs à ditadura novas mudanças na fórmula política, sendo a eleição direta para Governadores dos Estados em 1982 uma das principais e mais radicais transformações.

Ao se alterar a fórmula política e, concomitantemente, as regras do jogo, os militares pretendiam uma mudança lenta e gradual, objetivando manter-se no poder ao eleger correligionários partidários (membros da antiga ARENA, agora transformada em PDS: Partido Democrático Social) seus pares via voto direto. No entanto, como aponta Mosca, quando uma fórmula política apresenta-se de alguma forma ultrapassada, ou quando a fé nos princípios sobre os quais ela se apóia se torna fraca, é um sinal que indica a iminência de sérias transformações na classe dirigente política (MOSCA, 1958, p.308) ou elite.

É assim que ocorre a circulação das elites que permite a ascensão do partido de oposição à ditadura no Pará, o PMDB: Partido da Mobilização Democrática do Brasil, em detrimento do candidato Oziel Carneiro, da situação (PDS), na primeira eleição direta para Governador desde a instauração da ditadura, ocorrida em 1982, que elegeu Jäder Barbalho Governador do Pará. É assim também, em mudanças na fórmula política de como governar, que o segundo Governo Almir Gabriel realiza uma reforma administrativa e amplia consideravelmente os postos de comando da administração superior do Poder Executivo e,

portanto, expandindo o número de membros da “elite governamental”. Isso foi possível de ser verificado pela análise dos dados sob a metodologia proposta.

Por essas razões adotamos uma conceituação dentro de limites bem definidos, imposta pela rarefeita quantidade de variáveis, mas de modo a reunir em alguns grandes grupos nossos dados ou nomes, compondo verdadeiras redes (MIZRUCHI, 2006): aqueles que são verificados com apenas uma frequência em toda série, participando de apenas um Governo, serão catalogados como “sem conexão”. A partir daí, as conexões descobertas apresentaram características distintas: alguns nomes apresentavam uma frequência seguida, sem intervalos entre diferentes administrações, enquanto que outros nomes surgiam em uma determinada administração e ressurgia depois, após uma, duas ou até mesmo mais administrações.

Ao segregar e agrupar os dados, portanto, definimos que algumas Conexões são de caráter contínuo – “conexão” Contínua: referente a Governos consecutivos – ou descontínuo – “conexão” Descontínua: que diz respeito a Governos não consecutivos. A inovação metodológica, que sempre fez parte do programa do elitismo (CARRERAS, 1991; LASSWELL, LERNER, 1967; LEONI, 1988; MILLS, 1975; PUTNAN, 1976; URIARTE, 1997) enquanto projeto metodológico capaz de dar à ciência política o status de ciência (MOSCA, 1958; PARETO, 1980; 1984; MICHELS, 1984; WEBER, 1967), ante as grandes diferenças culturais e históricas de cada povo, é o grande incentivo para o trabalho de agora. Depois de alicerçar-se em bases bem sólidas acerca da teoria que adotamos, caminhamos seguramente para a proposta de uma nova metodologia baseada em experiências consagradas.

A alta variação, em termos gerais, do número de Termos de Posse nos governos paraenses investigados, atesta a circulação das elites em nível do Poder Executivo Estadual, se se considerar que entre a passagem de um Governo para outro haveria uma circulação das elites (PARETO, 1984). Entretanto, isso não quer dizer que alguns dos elementos que compuseram um Governo anterior não possam reaparecer na estrutura de um novo Governo: apenas damos relevo ao fato de que a montagem dos Governos e dos nomes que o compuseram entre 1983 e 2006 resulta em um grupo restrito e resistente à circulação das elites que, em última instância, acaba por apresentar para o comando político do Poder Estadual nos 24 anos estudados por nós. Logo abaixo, em forma de gráfico, a quantidade numérica Governo a Governo referente aos Termos de Posse:

Tabela 01: Composição por termo de posse dos Governos estaduais do Pará (1983 a 2006)

GOVERNO	QUANT	%
GJB1	42	14,58
GHG	36	12,50
GJB2	24	8,33
GCS	18	6,25
GAG1	29	10,07
GAG2	67	23,26
GSJ	72	25,00
TOTAL	288	100,00

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012).

Os dados gerais, expostos na Tabela 01, denotaram em primeiro plano uma constatação muito interessante: o segundo Governo Almir Gabriel e o Governo Jatene montaram seu Secretariado com um número bem maior de Termos de Posse do que em outras administrações. E esta variação não pode simplesmente ser atribuída à variável tempo em relação ao domínio do PMDB (de 1983 a 2004) e do PSDB (de 2005 a 2006), pois o primeiro Governo Almir Gabriel é o que apresenta a antepenúltima colocação em relação à quantidade de Termos de Posse ou nomeações em seu Governo (apenas 10,07%), perdendo apenas para o segundo Governo Jáder Barbalho (8,33%) e para o Governo Carlos Santos (6,25%), que ficou menos de um ano no poder.

Deve-se ressaltar que na transição do primeiro para o segundo mandato de Almir Gabriel houve uma reforma e ampliação da estrutura administrativa estadual, o que levou ao aumento considerável de cargos estratégicos do Primeiro Escalão e pode ser um viés de explicação do fenômeno. Ainda assim, o Governo Simão Jatene, como veremos adiante, apresentou um número de conexões menor do que outras administrações, apesar de deter um número bem maior de cargos e, portanto, de Termos de Posse, o que não estabelece uma relação direta entre a quantidade de Termos de Posse e de conexões. Este dado será melhor apresentado adiante, quando estiverem sendo comparados os quantitativos do “índice de elitização”.

Já ressaltamos a problemática referente ao nosso conceito de “elite governamental” ou Primeiro Escalão ou Secretários de Estado: nos referimos apenas aos Termos de Posse arquivados na SEAD, o que extrapola o Secretariado e o Primeiro Escalão propriamente ditos. Porém, como não havia fonte empírica mais segura para avaliarmos em tempo hábil de uma dissertação de mestrado uma quantidade que considerássemos significativa para um intervalo de tempo minimamente razoável para se buscar variações nos dados obtidos, estivemos suscetíveis à falibilidade em algum ponto; para isso é necessário que outro pesquisador

esmiúce os dados e refute os alicerces sobre os quais construímos nossa tentativa de exposição acadêmica dos documentos investigados.

Como ensina a teoria weberiana, não é possível dissecar e explicar a realidade social tal qual ela é, haja vista sua velocidade dinâmica e complexa ao mesmo tempo, o que faz com que todo e qualquer esforço totalizante seja inútil, restando apenas para o investigador social se aproximar do objeto humano, social, sempre mais veloz que a teoria por sua própria qualidade de estar em constante transformação; só podemos compreender a realidade social, segundo Weber, por meio de um tipo ideal (ou tipos ideais), uma aproximação de um modelo que, ainda que abstrato, é construído com elementos da realidade empírica, a fim de se aproximar dessa mesma realidade, impossível de ser explicada tal qual ela é, mas passível de ser sociologicamente reconstruída, sempre ressaltando a insuficiência teórica ante a realidade social propriamente dita (WEBER, 1967). Portanto, qualquer análise empírica será sempre limitada quando a teoria é um tipo ideal, sendo este trabalho uma projeção da teoria para a formação dos grupos políticos que governaram o Pará nos 24 anos pesquisados.

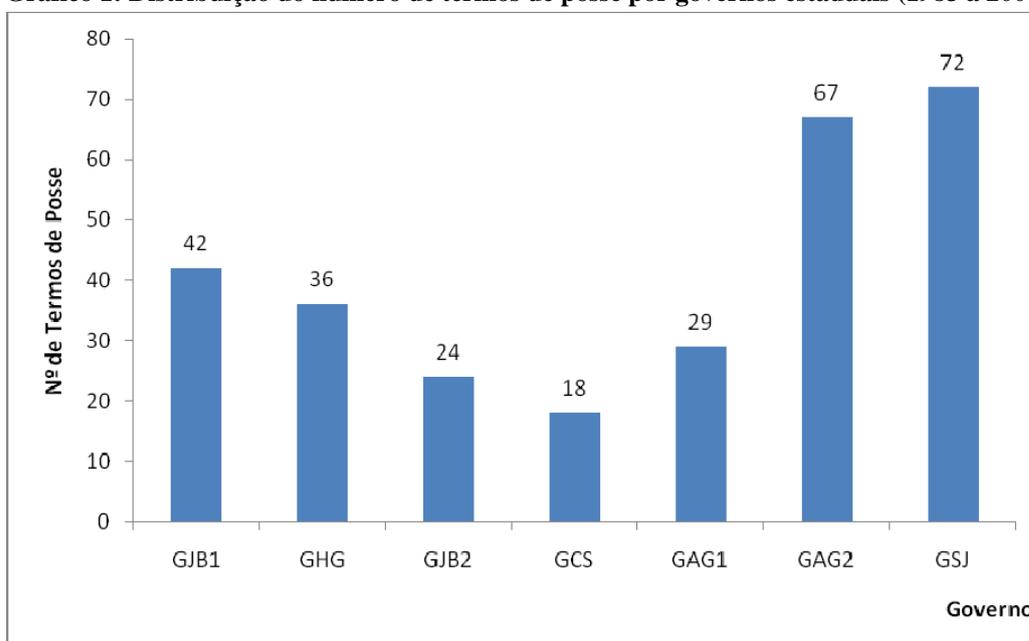
Empiricamente, aplicamos um tipo ideal de elite governante na realidade política paraense entre os anos de 1983 e 2006. A partir daí, verificamos na análise dos dados nossa hipótese, já que consideramos que cada Governo, quando é formado, resulta em uma “elite governamental”. E esta “elite governamental” é composta pelo Secretariado ou Primeiro Escalão do Governo que, mesmo sendo fruto de acordos eleitorais, coalizões e pactos pela governabilidade, dependem da nomeação pessoal do Governador.

Desta elite emerge uma espécie de subgrupo político, que conceituamos como “elite duradoura”, a fazer conexões com outros Governos, em maior ou menor grau, o que determinaria, em termos de índice, qual Governo exportou mais membros e quem seriam esses membros da “elite duradoura” nos Governos paraenses, segundo nossas definições e a metodologia adotada. Apesar de ser um estudo comparativo, em se tratando de analisar diferentes Governos conforme certas variáveis destacadas e o “índice de elitização” resultante da série investigada, os resultados finais também apresentam um resultado descritivo, com os nomes que compõe a elite das elites governamentais paraenses entre 1983 e 2006, segundo os Termos de Posse, tanto o universo de nomes investigados – que denominamos rede geral – quanto os dados Governo a Governo. As tabelas estão disponíveis nos anexos desta dissertação.

Quando citamos a descoberta de uma “elite duradoura”, não estamos dizendo que existem elites inamovíveis ou realmente permanentes; apenas criamos uma nomenclatura para diferenciá-la da simples elite governante. A “elite duradoura” é elite governante, porem é um

tipo específico de elite governante, que governa mais que um mandato, o que significa, tanto à época em que não existia o instituto da reeleição em eleições para Governadores estaduais quanto a partir da institucionalização deste instituto, que certos indivíduos eram mais perenes que Governos na administração superior do Poder Executivo. Tanto a elite governante quanto a “elite duradoura” é composta por quem governa. Os tipos de conexões da “elite duradoura” atestam sua permanência no tempo, nos casos em que se verifica sua frequência por dois, três ou mais Governos. Antes de verificá-las, expomos o quantitativo de Termos de Posse em gráfico, a fim de facilitar a comparação da série investigada em relação à quantidade de nomeações.

Gráfico 1: Distribuição do número de termos de posse por governos estaduais (1983 a 2006)



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

O gráfico 01 apresenta duas tendências em relação à quantidade de Termos de Posse. A primeira corresponde a uma tendência média decrescente no número de nomeações, período em que o estado esteve sendo governado pelo PMDB, decaindo até o Governo Carlos Santos, mas a tendência média permanece no primeiro governo de Almir Gabriel, que contou com apenas 29 nomeações, menos que as 42 do primeiro Governo Jäder Barbalho e as 36 do Governo Helio Gueiros e pouco mais do que as 24 do segundo Governo Jäder Barbalho.

Após a reforma institucional realizada por Almir, surge uma nova tendência: a de aumento da quantidade nomeações e, portanto, do número de membros constituintes da “elite governamental”. Os números saltam de 29 para 67 Termos de Posse, entre o primeiro e o

segundo mandato de Almir Gabriel, permanecendo a tendência crescente no Governo Simão Jatene, com 72 nomeações arquivadas nos Termos de Posse.

No próximo tópico apresentaremos os dados referentes às conexões existentes por Governo, destacando os nomes dos indivíduos – atores que se tornaram personagens – que ocuparam cargos nas respectivas administrações ao longo do intervalo de tempo escolhido por nós, colocando ao lado de cada um desses nomes certas variáveis com o objetivo de estabelecer comparações e calcular o índice proposto, sempre apresentando o resultado de quem governa. Nessas variáveis estarão contidos dados referentes à “conexão”, se é contínua ou descontínua ou se não existe “conexão” (“sem conexão”), e seu tipo de “conexão” (se esta existir), se binária, terciária ou quaternária.

Logo abaixo apresentaremos nossos dados organizados Governo a Governo, em mais uma adaptação em forma de tabela dos resultados a que chegamos, destacando mais uma vez que todo empreendimento foi realizado em um software de redes e no Windows, nos programas Word e Excel, e que isto é uma demonstração de que a simplicidade tecnológica pode estar caminhando concomitantemente aos largos passos da inteligência científica, sem necessariamente recorrer ao que de mais moderno possa existir em termos de softwares e programas, ao mesmo tempo em que não se pode mais prescindir da realidade da cybercultura. Isto porque foram testados certos programas avançadíssimos na presente pesquisa, mas que só tornaram-se uma solução legível ao leitor por programas do Windows Office.

3.2 CONEXÕES POR GOVERNO DE 1983 A 2006

Após a exposição de nossos dados em geral e dadas as devidas e necessárias definições sobre os conceitos que aqui cunhamos, para fins científicos-políticos de análise das elites paraenses durante os seis primeiros mandatos estaduais executivos pós-82, finalmente chegamos aos resultados da pesquisa. Apesar da preocupação teórico-metodológica recorrente em todo trabalho, optamos por apresentar cuidadosamente os resultados desta etapa, para em seguida expor os resultados finais, que correspondem ao nosso “índice de elitização” (IE).

Nesse sentido, separamos os Governos pelo exercício do cargo, ou seja, apesar de estudarmos 06 Governos, consideramos 07 administrações, uma vez que Carlos Santos assume o executivo estadual nomeando Secretários, rompendo com a autoridade do Governador titular Jáder Barbalho, suspendendo o pagamento a fornecedores e – mais emblemático ainda do ponto de vista da influencia que esta ação repercutiu na derrota do

candidato governista (Jarbas Passarinho) no segundo turno – simplesmente não pagou os salários do funcionalismo público estadual. Queremos dizer que, ao todo, segregamos 07 Grupos Políticos diferentes, pois cada um dos personagens que ocuparam a posição de ator como Governador do Estado do Pará, correspondeu a um grupo político referido na quantidade de Termos de Posse e, entre esses quadros nomeados, certos nomes participaram (ou não) em maior ou menor número de outros Governos diferentes.

Seguindo a ordem cronológica, escolhida por nós para facilitar a visualização e a compreensão dos dados sob a luz do elitismo, trabalhamos com as seguintes variáveis:

1ª coluna: número de Termos de Posse

2ª coluna: nome próprio

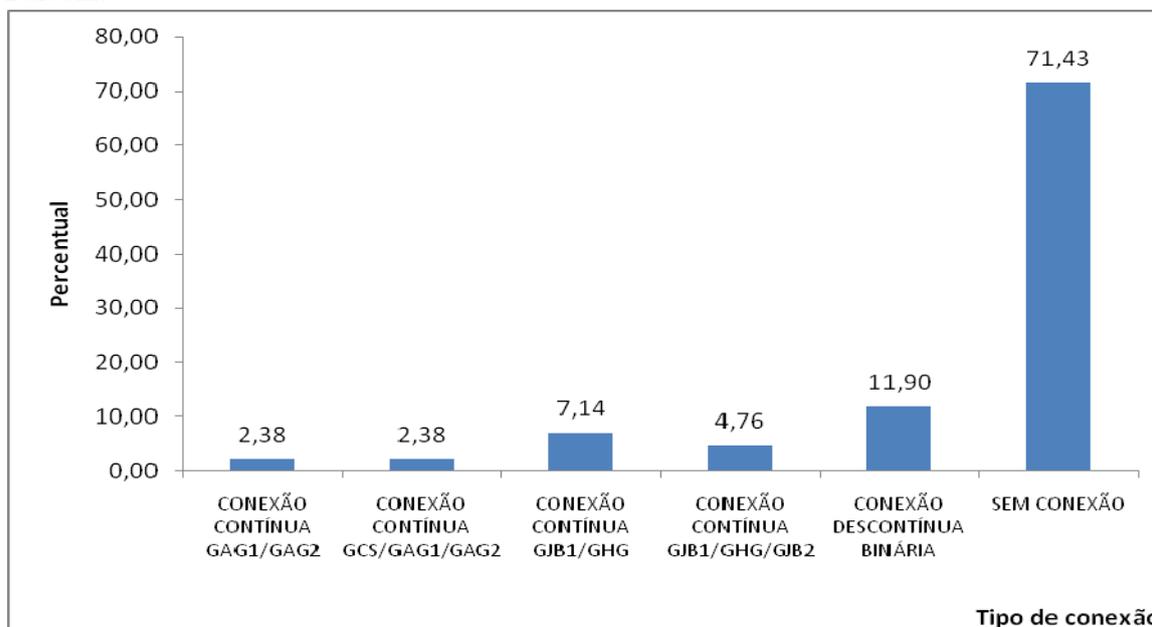
3ª coluna: tipo de “conexão”

(ver tabelas nos apêndices)

Em seguida apresentaremos, em forma de tabelas e gráficos, os resultados da pesquisa em relação à formação do Grupo Político original que compõe cada Governo, primeiramente caso a caso.

3.2.1 Governo Jäder Barbalho 01 (GJB1)

Gráfico 2: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no primeiro governo Jader Barbalho



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

O GJB1 foi caracterizado por um número relativamente pequeno de indivíduos que pertenceram a outros Governos, posteriormente. Isso expõe a seguinte situação: o grupo

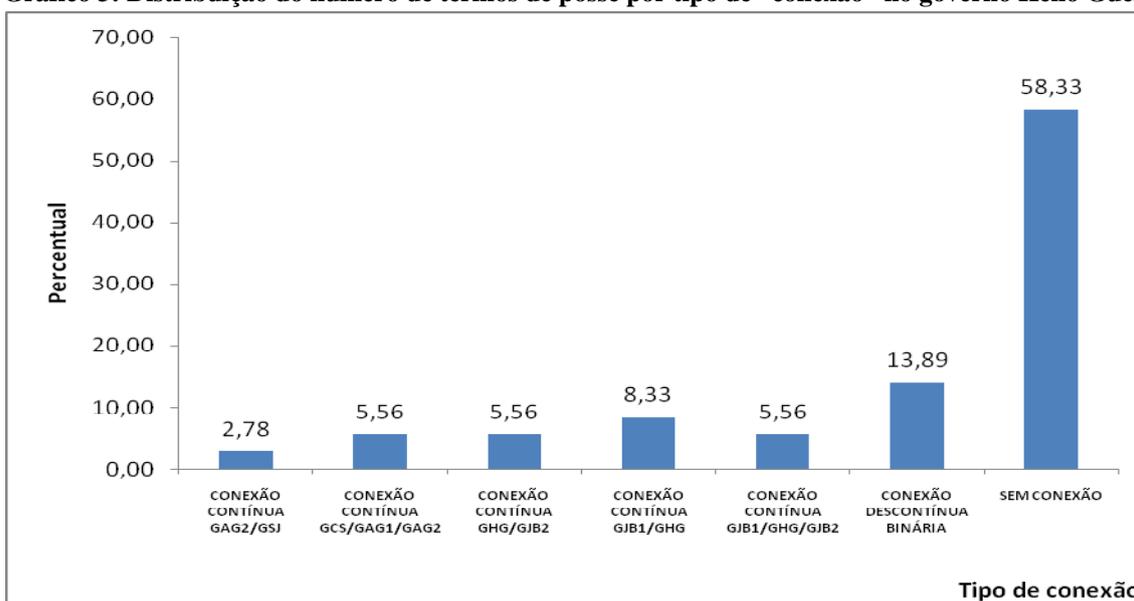
político que compôs esta administração não forneceu uma grande quantidade de indivíduos (matéria prima) para a composição de Governos (como “elite duradoura”) posteriores.

Por outro lado, a quantidade não é necessariamente paralela à importância dos quadros que emergem dessa administração, o que não é, por hora, objeto do presente trabalho. Porém, vale ressaltar que desse Grupo Político emergiram dois Governadores: Almir Gabriel e Simão Jatene. Apesar disso, quando relativizamos a porcentagem do total de Termos de Posse em relação às Conexões, vemos que de fato o Grupo Político do GJB1 não foi tão expressivo na composição de outros Governos, alimentando a “elite duradoura” com apenas 12 nomes.

O número relativamente alto de atores “sem conexão”, que soma 71,43% do total de Termos de Posse investigado, é corolário da constatação – de que essa gestão não foi uma grande fornecedora de membros da “elite duradoura”– acima destacada, no sentido das mudanças na fórmula política (MOSCA, 1958) terem provocado a circulação das elites (PARETO, 1980) e corresponderem à lei de ferro das oligarquias (MICHELS, 1984) ocorrida na transição da ditadura. Por outro lado, das 08 Conexões Binárias descobertas, 05 são descontínuas e 03 contínuas. Dos 28,57% referentes às Conexões, 11,90% são Conexões Descontínuas e 16,67% são Conexões Contínuas, chegando-se ao resultado de que esta “elite governamental” não se manteve majoritariamente no Governo subsequente, apesar da manutenção do Governo nas mãos do PMDB, onde o Governador Jáder Barbalho faz seu sucessor Hélio Gueiros.

3.2.2 Governo Hélio Gueiros

Gráfico 3: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no governo Hélio Gueiros



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

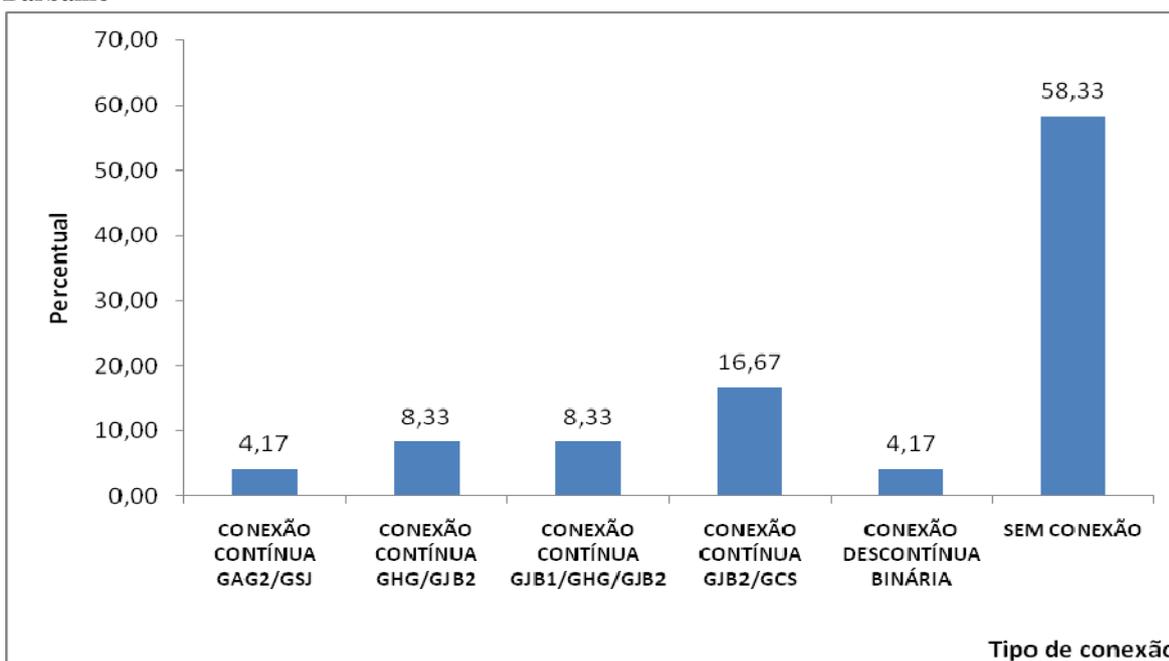
Quando nossa lupa metodológica é focada no GHG, identificamos imediatamente uma subida na quantidade de nomes exportados para outros governos, apesar da manutenção da média. Além de deter, entre seus quadros, alguns elementos do GJB1, ainda que com poucos elementos (apenas cinco nomes), o GHG participa mais ativamente do Grupo Político que denominaremos “elite duradoura”, com o número de 15 nomes.

Mesmo que haja um número inferior de Termos de Posse (de 42 termos no GJB1, há uma redução para 36 termos documentados referentes ao GHG) entre esses dois Governos, a porcentagem de 71,43% de nomes classificados como “sem conexão” na gestão anterior, é reduzida para 58,33% no Governo em tela. A diferença, que confere 13,1%, mesmo sendo superior, deve ser relativizada com a redução do número de Termos de Posse entre o GJB1 e o GHG (de 42 para 36).

Por outro lado, em termos percentuais gerais, pode-se visualizar a evolução da quantidade de nomes ofertados para a “elite duradoura”: há uma ampliação da quota de 28,57% de casos de “conexão” do GJB1 para um aumento, no GHG, para uma porcentagem de 41,67% de casos. Em outras palavras, o GHG forneceu, na média geral, mais nomes para uma “elite duradoura” do que o GJB1, computando uma subida de 25% em relação à porcentagem de seu antecessor.

3.2.3 Governo Jáder Barbalho 02

Gráfico 4: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no segundo governo Jáder Barbalho



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Aqui, na análise do GJB2, já se pode perceber certas nuances no que tange a análise da série dos Governos a que esse trabalho se propõe. A quantidade do número dos Termos de Posse é reduzida, se compara com o GJB1 e o GHG, caindo respectivamente de 42 para 36 e, finalmente, no caso em questão, para 24 Termos de Posse.

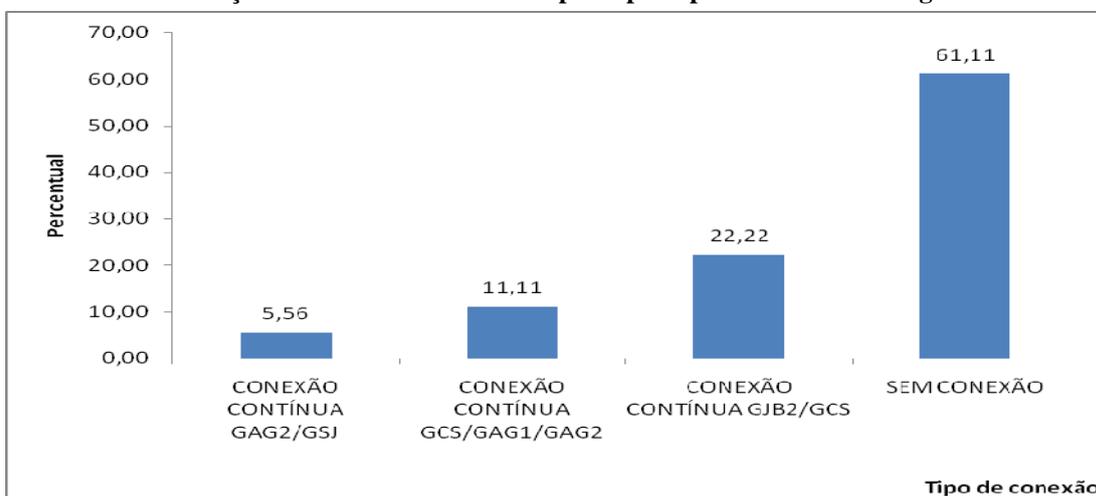
Percentualmente, tal qual o caso anterior, o GJB2 tem exatamente o mesmo número que o GHG, com ambos apresentando em percentuais gerais 58,33% de casos de “sem conexão”, restando-lhes exatos 41,67% de casos de “conexão”. No entanto, também se faz necessária a relativização do dado, uma vez que há uma drástica redução no número de Termos de Posse para apenas 24 nomeações. Isso resulta em uma quantidade de oferta de nomes referente a apenas 10 indivíduos para o seletivo grupo da “elite duradoura”.

Mesmo que aparentemente esse Governo pareça fraco, em termos de oferta de nomes que são personagens importantes na atuação do papel de atores da “elite governamental”, veremos mais adiante seu alcance para outros Governos. Em relação à “conexão” Descontínua houve apenas um caso, sendo as demais todas do tipo “conexão” Contínua.

Este último dado deve ser lido com atenção: o GJB1 e o GHG apresentaram o número de 05 casos de “conexão” Descontínua, enquanto o GJB2 detém apenas uma ocorrência. Em outras palavras, membros do Grupo Político formado em seus respectivos Governos viriam a compor outros Governos, de oposição e de um partido diferente daquele que lhe alçou ao posto de “elite governamental”. E esta percepção fica ainda mais visível quando nos dois Governos subseqüentes – como o GCS e o GAG1 – a ocorrência de “conexão” Descontínua é nula.

3.2.4 Governo Carlos Santos

Gráfico 5: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no governo Carlos Santos



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

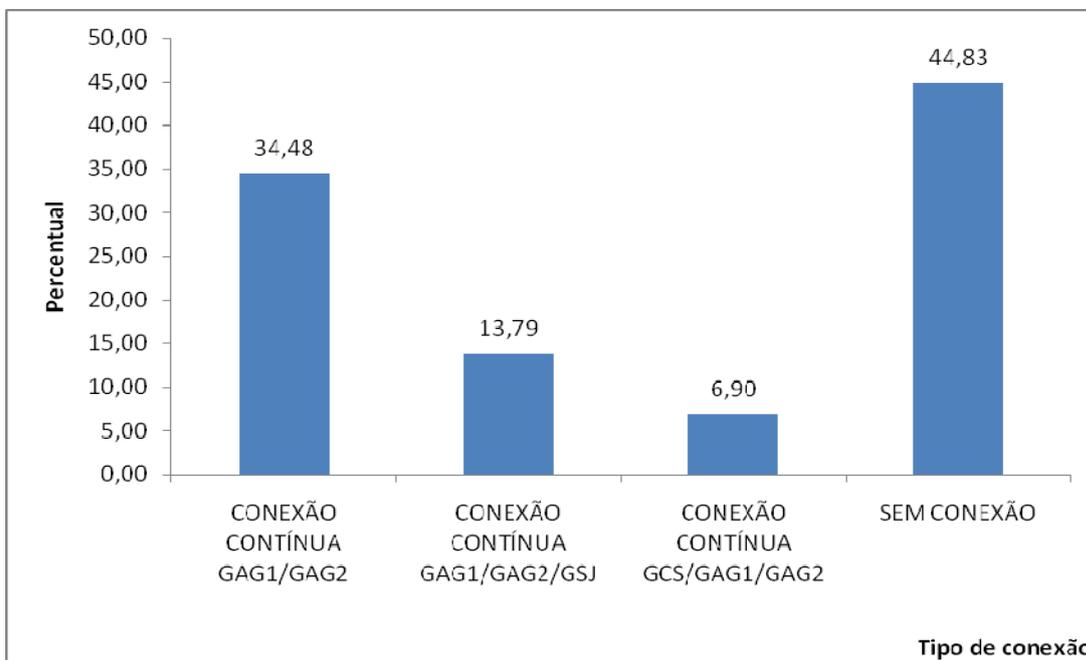
O GCS corresponde ao menor número de nomes detectados em toda a série investigada, no que tange ao fornecimento de nomes que compõe a “elite duradoura”. Mesmo assim não podemos nos furtar a exposição dos dados observados.

O GCS, ao todo, nomeou 18 nomes, pois esse é o número de Termos de Posse referentes ao seu breve Governo. Em totais gerais, forneceu apenas 07 nomes, todos referentes ao tipo “conexão” Contínua, sendo 04 herdados do GJB2, quando que os três (03) demais viriam a compor – em “conexão” Contínua, diga-se de passagem – os subseqüentes Governos peessedebistas, seja nos dois Governos de Almir Gabriel, seja na passagem de Almir para Jatene.

Por outro lado, em termos percentuais gerais, até aqui o GCS apresenta nova subida na série em relação ao número de casos de “sem conexão”: 61,11%. Isso resulta em um percentual geral de 38,89% de nomes do total que participaram de seu Governo e que compuseram o que temos chamado de “elite duradoura”.

3.2.5 Governo Almir Gabriel 01

Gráfico 6: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no primeiro governo Almir Gabriel



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

O GAG1 manteve-se estável na manutenção média do número de Termos de Posse quando contrastado com seus antecessores, não passando de 29 nomeações, mas já demonstrará significativo diferencial em relação aos outros Governos aqui investigados. Não

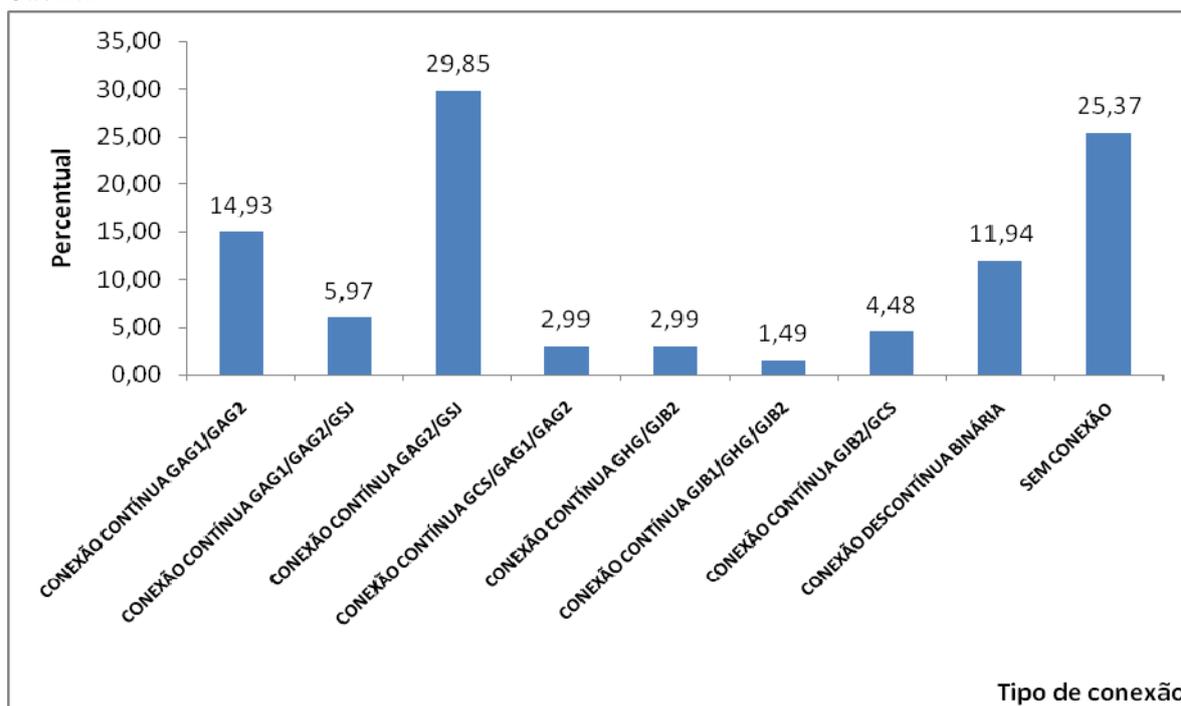
se trata de grandes ou abruptas diferenças, mas de tendências que desembocarão mais tarde numa ruptura na série que investigamos aqui.

Dos 29 Termos de Posse detectados neste Governo, 16 nomes são matéria prima fornecida para a “elite duradoura”. Aí se tem o recorde da série, pois até então o maior número de nomes classificados como sendo do tipo “conexão” nos Governos estudados até aqui era correspondente a 15 nomes (GHG).

Mas é na porcentagem geral que observamos a mudança significativa: o GAB1 saltou para uma redução de proporções consideráveis em relação à ocorrência do tipo “sem conexão”: 44,83%, resultando em um percentual de 55,13% de Conexões, não sendo nenhuma de caráter Descontínua. De todas suas Conexões Contínuas, apenas 02 são referentes a egressos do GCS; nada menos do que 10 nomes serão do tipo “conexão” Contínua Binária, o que denota a continuidade de um grupo aparentemente mais coeso de uma “elite duradoura” nos dois Governos consecutivos de Almir: o GAG1 e o GAG2, pelo menos no que tange sua resistência à circulação das elites; desse total, 04 nomes corresponderam a “conexão” Contínua Terciária e compuseram tanto o GAG2 quanto o GSJ, demonstrando a força que certos nomes começam a apresentar mediante sua perenidade nos Governos tucanos.

3.2.6 Governo Almir Gabriel 02

Gráfico 7: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no segundo governo Almir Gabriel



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

De seu Governo anterior, o GAG2 herda os 10 nomes citados anteriormente como “conexão” Binária Contínua entre seus dois mandatos. Mas esta administração é dotada de nuances marcantes que a tornam indelével na série investigada, pelo menos no que tange à inauguração de uma nova forma de composição.

Dado interessantíssimo é que esta administração interage com membros do Grupo Político formado nos Governos do PMDB. Aí se pode observar a presença de 08 nomes contados como “conexão” Contínua e parte dos 08 classificados como “conexão” Descontínua Binária relacionados anteriormente nas gestões do GJB1, GHG, GCS e GJB2. Isto é um fato que remete a um tipo de hibridismo, possivelmente visando a governabilidade (não testamos essa hipótese, pois não fez parte do escopo dos objetivos do presente trabalho), uma vez que a ampliação de postos-chave de Governo ampararia os diversos representantes de inúmeras elites políticas, sendo estas – em sua maioria em nosso levantamento investigativo – velhas representantes de certas “elites governamentais” apeadas do controle do Poder Executivo Estadual pelas urnas.

Aí, neste ponto, é que reformulamos a máxima partetiana de que a História “é um cemitério de aristocracias”, haja vista a capacidade de certas aristocracias levantarem-se de seus túmulos e transformarem a História em um “cemitério de aristocracias mortas-vivas”, já que algumas retornam, porque nunca morreram, apenas adormeceram ou aquietaram-se aguardando a reordenação do tabuleiro político em momentos de débâcle e circulação de elites ou de renovação do comando executivo estadual.

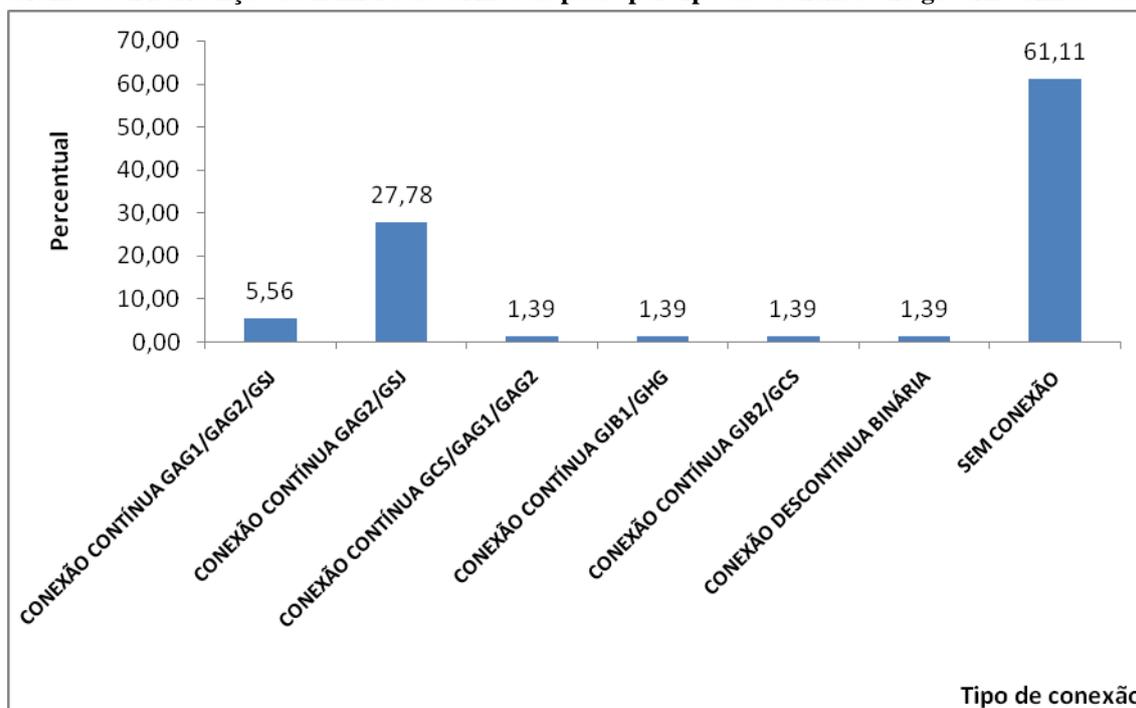
Por outro lado, salta aos olhos o número de nomes que permanecem na administração seguinte, do Governo Simão Jatene, que contam nada mais nada menos que 14 nomes. Somando-se aos 10 remanescentes de sua gestão anterior e às outras Conexões, o GAB2 apresenta um índice de 50 (cinquenta!) nomes pertencentes à “elite duradoura”. Ora, sua administração de 1999 a 2002 é marcada pelos estratosféricos 67 Termos de Posse, em relação à média obtida em seus antecessores, inclusive seu próprio Governo passado, portanto seu número inteiro de Conexões não deveria ser tão espantoso, não fossem as médias (máximo de 42 no GHG) obtidas anteriormente.

Em termos percentuais, o GAG2 apresentou uma porcentagem de 25,37% de nomes classificados como “sem conexão”, o que resulta em uma média de 74,63% de Conexões. Isso mesmo: 74,63% da formação do GAB2 é composta por membros da “elite duradoura”. Desse montante, 5,97% correspondem à “conexão” Contínua Terciária dos três Governos tucanos; 14,93% vieram do GAG1 em “conexão” Contínua Binária, mas não permaneceram no Governo subsequente; e 29,85% desses 73,63% de casos de “conexão” (quase a metade),

correspondem à “conexão” Contínua Binária entre o GAG2 e o Governo Simão Jatene, exposto e analisado a seguir.

3.2.7 Governo Simão Jatene

Gráfico 8: Distribuição do número de termos de posse por tipo de “conexão” no governo Simão Jatene



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Como que seguindo a nova tendência, o GSJ é o recordista de Termos de Posse. Seguindo a forma de composição inaugurada no GAB2, de inflar a administração superior do executivo estadual com uma super explosão de nomeações, este Governo é o que mais nomeou, segundo os critérios que adotamos.

O GSJ foi composto com 04 membros que vieram de todos os Governos tucanos anteriores, classificados como “conexão” Contínua Terciária. Porém, o GAG2 emplaca a espantosa marca de 20 egressos de seu Governo, que representaram a quota da “conexão” Contínua Binária entre o GAB2 e o GSJ. Apesar disso, no computo geral, o GSJ não foi além de 28 membros da “elite duradoura”, mesmo com o recorde de Termos de Posse de toda a série investigada: 72 Termos de Posse. Além disso, compôs com 04 tipos de “conexão” relacionadas às gestões peemedebistas. Os demais 44 Termos de Posse referem-se à rubrica “sem conexão”.

Percentualmente, o total geral percentual do GSJ referente ao caso de “sem conexão”, no valor de 61,11%, aponta para um arrefecimento no processo de fornecimento de nomes que comporiam a “elite duradoura”, mesmo com a explosão de Termos de Posse, restando-lhe

uma participação percentual geral em sua administração da ordem de 38,89% de casos de “conexão”.

Aqui neste ponto, mais uma vez, colocamos em tela uma de nossas descobertas: a quantidade de Termos de Posse não é correspondente diretamente ao número de conexões, expressa na demonstração dos dados do GSJ que, apesar do recorde da serie inteira em se tratando da quantidade de nomeações, não foi o Governo que mais apresentou “conexões”, invertendo a tendência que vinha se apresentando desde o GAG1, de redução da quantidade de indivíduos “sem conexão”, cujos números são de 44,83% no GAG1 e 25,37% no GAG2.

3.3 O “ÍNDICE DE ELITIZAÇÃO” (IE)

O “índice de elitização” (IE) é um conceito cunhado por nós para designarmos o quantitativo percentual de membros da “elite duradoura”. Quem são os membros que compõe esse Grupo Político? Todos aqueles que participaram de dois ou mais Governos, quanto ao registro oficial dos Termos de Posse investigados por nós. Não pode ser confundido – o IE – com o número de Termos de Posse, pois a presença neste grupo seletivo que denominamos “elite duradoura” não denota mais ou menos poder político, mas sim o fato de ser mais ou menos duradoura.

Exemplo investigado por nós é a abundante quantidade de Conexões Binárias, em especial as Contínuas. Estes são membros seletivos da “elite duradoura”. Mas nomes como o de Frederico Aníbal da Costa Monteiro está classificado – assim como outros mas, obviamente, em menor escala – como “conexão” Quaternária, mesmo tendo participado de seis Governos dos sete que investigamos. Seu poder não pode ser comparado com o de uma “conexão” Descontínua ou somente Binária.

Definimos o IE a partir de uma razão simples: verificamos o total de Termos de Posse do Governo em questão. Subtraímos o número de nomes que possuem “conexão” com os casos “sem conexão”. Daí atribuímos valor de 100% para o total de Termos de Posse e um percentual correspondente para os sem e com “conexão”, resultando em uma proporção que equivalerá a uma percentagem de quanto do grupo político formado naquele Governo participou de outros Governos, que são os representantes da “elite duradoura”. O número correspondente de “conexão” ou “elite duradoura” por Governo é proporcional ao IE.

No entanto, nosso IE já está praticamente exposto e demonstrado na análise de dados apresentada nos apêndices deste trabalho. Mesmo assim, separamos uma sessão para

descrever brevemente e em números gerais como os Governos se comportam quanto à quantidade de nomeações segundo os Termos de Posse da SEAD e a quantidade de casos de “conexão” com outros Governos, o que gerará um percentual comparativo entre os sete casos estudados e resultará, enfim, em um parâmetro para metrificarmos qual foi o Governo mais elitizado – no sentido específico de fornecimento de membros que compõe a “elite duradoura”– entre 1983 e 2006. Ou seja: qual Governo tem maior participação na formação da “elite duradoura” que governou o Pará durante 24 anos, segundo o número de Termos de Posse, os nomes registrados e o tipo de “conexão” (ou não) entre duas ou mais gestões correspondentes a cada Governo.

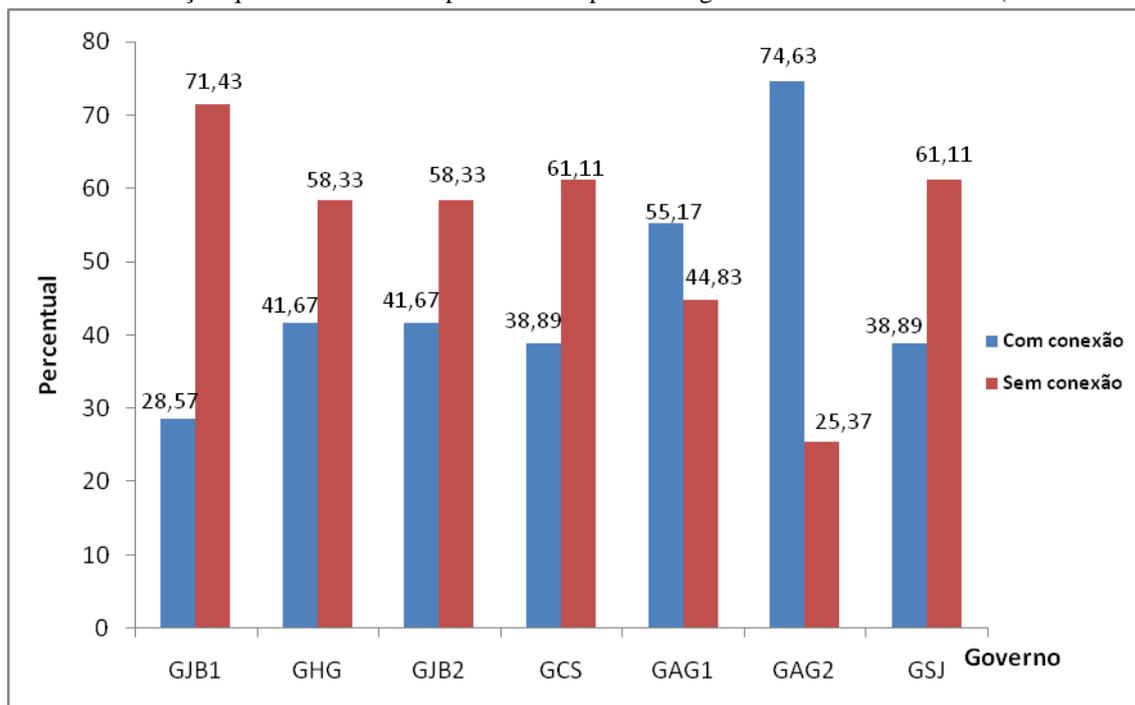
Tabela 02: Situação quanto à “conexão” por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)

GOVERNO	Com conexão	Sem conexão
GJB1	28,57	71,43
GHG	41,67	58,33
GJB2	41,67	58,33
GCS	38,89	61,11
GAG1	55,17	44,83
GAG2	74,63	25,37
GSJ	38,89	61,11

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

A Tabela 02 reúne os dados segregados na seção anterior. Em cálculos gerais, o GAB2 foi o recordista no percentual geral do número de membros que compuseram a “elite duradoura” e vieram importados ou foram exportados para outros Governos, apontando assim o maior IE. O GJB1 é o que apresenta menor percentual do IE. O GHG e GJB2 empatam em um percentual que acusa a subida da participação na “elite duradoura”. O GCS apresenta leve queda, se se levar em consideração seu curto Governo, mantendo a média anterior.

Já o GAG1 apresentou um maior IE que todos seus antecessores, não somente batendo o recorde até esta administração, como também dilatando esse percentual no GAG2, saltando do recorde de IE no valor de 55,17% para o recorde do recorde que computou 74,63%. Seu sucessor, GSJ, ficou a média e retornou a patamares semelhantes à média anterior (das administrações do PMDB) às gestões peessedebistas. Abaixo, no Gráfico 9, os dados apresentados de outra forma:

Gráfico 9: Situação quanto à “conexão” por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Na Tabela 03 apontamos o IE segundo outros critérios. Retiramos uma média inteira a fim de facilitar a compreensão dos dados para o leitor, sem riscos de perda de coesão ou coerência na apresentação. Como já exposto, o IE é resultado de uma subtração entre os indivíduos que fazem “conexão” e os “sem conexão”. É atribuído um valor máximo para o caso que apresenta o maior índice e, a partir desse parâmetro, se atribuí médias contrastadas com o esse valor máximo.

Tabela 03: “índice de elitização” dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)

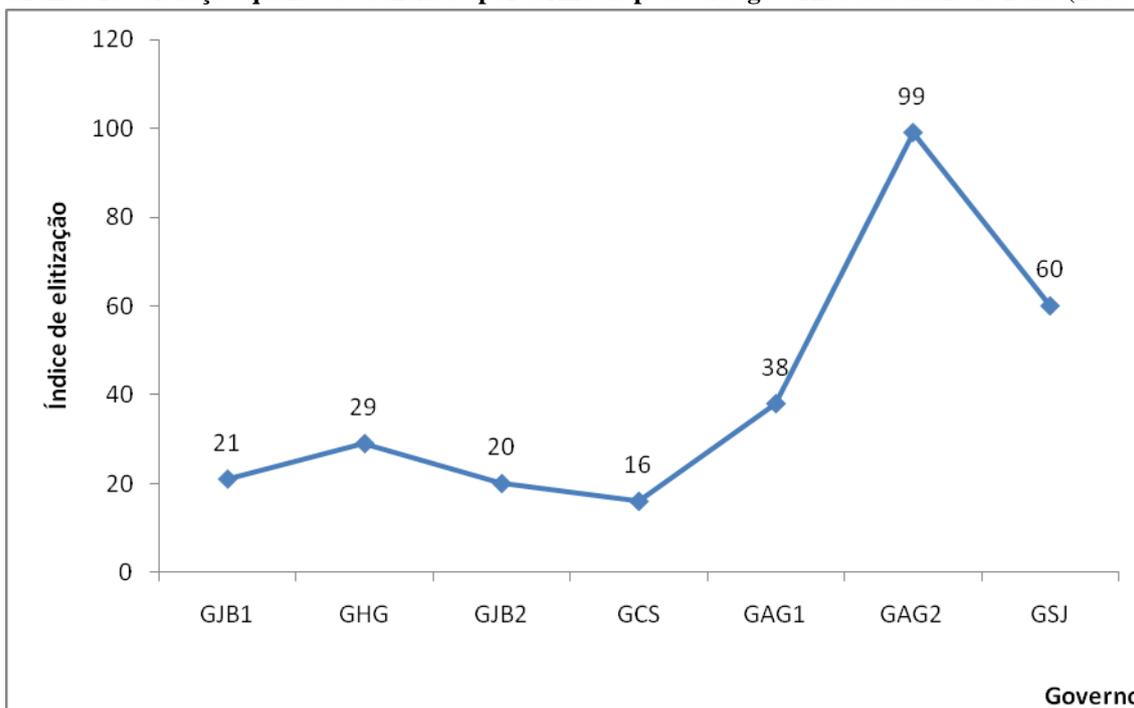
GOVERNO	Índice
GJB1	21
GHG	29
GJB2	20
GCS	16
GAG1	38
GAG2	99
GSJ	60

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Atribuindo-se peso numérico ao IE – em vez de percentagens – podemos visualizar de outra forma nosso índice, o que não deixa de corresponder aos resultados obtidos na forma anterior de demonstração.

No Gráfico 10, demonstramos a linha evolutiva e suas quedas e subidas percentuais conforme o IE. Nele fica clara a maior capacidade de fornecimento de membros da “elite duradoura” por parte das administrações tucanas do que as gestões dos peemedebistas no período em tela.

Gráfico 10: Situação quanto à “conexão” por termo de posse dos governos estaduais do Pará (1983 a 2006)



Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Por fim, o Gráfico 10 ainda apontará para uma queda, após o apogeu de composição de membros da “elite duradoura” nos Governos peessedebistas, no derradeiro Governo investigado por nós: o de Simão Jatene (2003-2006), caindo da média máxima verificada, que atribuiu valor 99 para o GAG2, para média de 60 para o IE, ainda assim o segundo colocado quanto ao IE.

Assim, algumas conclusões importantes podem ser expostas por nós neste tópico final, uma vez apresentados todos os resultados da pesquisa e o “índice de elitização”. No que diz respeito à questão central levantada desde o início deste trabalho, que é demonstrar quem governa, expomos nos apêndices a seguir todos os nomes investigados, desde o universo de nomeações – inclusive sua frequência geral – até a segregação Governo a Governo, expostos os nomes, a quantidade de nomes e os tipos de conexão ou não conexão, se contínuas ou descontínuas. Com isso, alcançamos dois objetivos propostos: o de se contribuir para o debate acerca do elitismo, realizado no processo de elaboração teórico-metodológica, e o de

comparar e descrever a elite governamental. Ainda concluímos a exposição do “índice de elitização” nos Governos investigados e comparamos toda a série.

Descobrimos que os Governos paraenses, entre 1983 e 1998, apresentaram uma tendência decrescente e uma média relativamente pequena do número de membros da elite governamental, e esta explicação pode estar no fato de que durante este período o estado do Pará esteve governado pelo PMDB. Porém, houve uma circulação de elites interna no partido e conflitos pelo comando tanto do Governo quanto do partido, e mais: o Governo do PSDB, em 1995, que rompe com a hegemonia peemedebista, também apresenta um número baixo de nomeações.

A mudança ocorre quando a segunda gestão peessedebista faz uma reforma administrativa e amplia as nomeações para o alto escalão governamental. Com isto, se verifica um retorno de membros da elite do próprio PMDB e, não obstante, uma circulação de elites artificial, haja vista que não foram novos membros da elite não governante que ascenderam, mas elites apeadas do poder político do executivo que retornam, talvez visando a governabilidade e a manutenção da hegemonia do PSDB.

Também descobrimos que o aumento gigantesco do número de Termos de Posse a partir do segundo mandato do PSDB não é concomitante ao número de “conexões” com outros Governos ou a um “índice de elitização” maior: apesar do GSJ ser o recordista de nomeações, é o GAG2 que detém o maior índice, enquanto o GSJ retorna a um patamar médio que já era verificado nos Governos do PMDB. Isso quer dizer que um Governo pode ter um reduzido número de postos-chave de comando e um alto grau de influência em outras administrações, enquanto outros Governos podem deter um grande número de postos-chave e não ser tão influente em outras gestões. A influência não depende do tamanho do Governo.

A máxima paretiana de que a história é um cemitério de aristocracias é revista por nossos resultados: há, inegavelmente, uma circulação de elites, porém esta não é estanque ou regular, pois certos membros de Governos mantiveram-se por seis administrações investigadas, por exemplo. Esses indivíduos que fizeram conexões com outros Governos, pertencentes à elite que transcende o Governo que a nomeou, são resistentes, em certa medida, à circulação e à lei de ferro das oligarquias quando da ascensão de um novo grupo político. Porém, esta elite duradoura se aproxima daquilo que Pareto designava como uma elite da elite.

Por outro lado, não poderia esta elite duradoura ser eterna: quanto mais tempo esta estivesse na posição de elite governamental, mais forças se fundiam na pressão para removê-las, o que cedo ou tarde ocorre inevitavelmente. Como verificado em inúmeras obras e

trabalhos aqui citados, o elitismo detém limites e possibilidades, e certamente a adequação e combinação metodológica tem sido uma das marcas dos estudos de elites no Brasil e no mundo. Tal é o que fizemos na construção de um tipo ideal, na utilização da S.N.A. e na análise empírica, tudo assentado nos pressupostos da Teoria das Elites.

Descobrimos que existe uma “elite duradoura”, que também é elite governante, porem é um tipo específico de elite governante, que governa mais que um mandato, o que significa, tanto à época em que não existia o instituto da reeleição em eleições para Governadores estaduais quanto a partir da institucionalização deste instituto, que certos indivíduos eram mais perenes que Governos na administração superior do Poder Executivo. E isso é um dos resultados mais importantes que obtivemos na presente pesquisa.

Outra descoberta de suma importância é o “índice de elitização”, que demonstra a força que cada grupo político de elite governamental que administra o estado tem em resistir à circulação das elites. Apesar desta ocorrer, certos grupos tem uma capacidade maior de manter seus tentáculos em outras administrações, compondo até Governos de oposição. A reforma administrativa no GAG2 esta, provavelmente, ligada a esse movimento detectado em nosso estudo, pois este Governo é o mais articulado em se tratando das conexões com outros Governos, o que poderia ser explicado pelo viés do aumento gigantesco do numero de Termos de Posse, hipótese esta falseada pelo exame do Governo seguinte: o GSJ, apesar de deter um numero maior ainda de Termos de Posse em relação a seu antecessor e o maior da serie, perde para o GHG, GJB2 e empata com o GCS, que ficou menos de um ano no poder.

Este dado é relevante, pois demonstra que não é o tamanho do Governo, em se tratando do numero de nomeações que este demanda, que garante certa perenidade de tentáculos de seu grupo político no poder, mas sim sua capacidade de permear outras administrações. As causas desse fenômeno, se por razões de governabilidade, de coalizões ou acordos, ou ate mesmo a competência técnica profissional, são interessantes objetos de análise para uma pesquisa futura – por hora, nos limitamos à exposição e comparação entre Governos em relação às suas elites governantes.

Nesse sentido, verificamos a noção teórica de Mosca ao afirmar que a elite domina a massa a partir da formula política, e de que quando esta se encontra enfraquecida ou a fé sobre a qual se assenta sua validade esta em débâcle, significa que mudanças sérias ocorrerão no seio das elites. Essa perspectiva é percebida tanto quando há a transição democrática, que muda a formula política de escolha de Governadores via eleição direta, o que possibilita a ascensão do PMDB e de Jäder Barbalho, quando se instaura o instituto da reeleição e da reforma administrativa que amplia a capacidade de cooptação do PSDB e de Almir Gabriel,

em 1998. Ao mexer nas regras do jogo, movimentam-se atores, personagens e as regras do jogo, alterando a disposição de peças no tabuleiro político.

Mas há limites em todo nosso esforço teórico de demonstração e comparação entre os grupos políticos que formaram a elite governamental que comandou o Poder Executivo paraense entre 1983 e 2006, pois toda teoria é sempre um esforço de aproximação do objeto, e não expressão do objeto de fato. Portanto, qualquer análise empírica será sempre limitada quando a teoria é um tipo ideal, sendo este trabalho uma projeção da teoria para a formação dos grupos políticos que governaram o Pará nos 24 anos pesquisados.

Assim sendo, concluímos a presente pesquisa alertando para a necessidade de se debruçar sobre os indivíduos e grupos que governam, pois suas decisões e políticas estão ligadas as suas características, sua formação, seu processo de recrutamento e treinamento e, não obstante, sua circulação, inevitável, ate para aqueles personagens que são mais perenes, pois nenhum Governo é eterno, ainda que duradouro, e nenhuma elite resiste tempo suficiente para provocar um sistema estanque de elites, e a prova cabal mais contemporânea é a débâcle de ditaduras de décadas, como as que tem ocorrido recentemente em países da África e Oriente Médio, ressaltando a circulação que ocorreu no Egito e que já demonstra insatisfação com o novo Governo que tenta dar novo golpe elaborando uma Constituição ditatorial, e o recente reconhecimento do Estado Palestino como observador na ONU, apesar do poder e da capacidade belicosa e de controle social do Hammas.

Provavelmente, a elite governante da Síria será atingida por uma circulação de elites com a recente acusação de que o Governo sírio esta usando armas químicas, mesmo argumento que derrubou Saddam Hussein do Iraque. Mesmo assim, após a circulação das elites ou da instauração de uma nova Constituição e, portanto, uma nova formula política, sempre haverá, segundo sua lei de ferro, uma nova elite, uma renovada (mesmo que não totalmente) classe política dirigente e, sem duvida, uma nova oligarquia.

CONCLUSÕES

Acreditamos ter concluído os objetivos propostos no presente trabalho científico, que se iniciou pelo resgate do aparato metodológico da Teoria das Elites, a fim de aplicá-lo no espaço político dos Governos do Pará entre 1983 e 2006. O leitmotiv central foi a busca pela manutenção do projeto original – dadas as devidas correções e orientações – e pelo esforço teórico de colocar em relevo uma metodologia clássica e original da Ciência Política.

Neste empreendimento, buscamos os primeiros vernizes do que poderíamos chamar de uma ciência da política e encontramos em Nicolau Maquiavel esta primeira tentativa frutífera. De lá, só ouviríamos em uma obra o termo Ciência Política na obra de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto que, junto com Roberto Michels, compõe a escola dos elitistas clássicos. Nos E.U.A., o elitismo torna-se um frutífero campo metodológico e de investigação a partir dos estudos do professor Harold Lasswell e outros contemporâneos seus, até chegar na famosa obra de Wright Mills “A Elite do Poder”, que aplica com muita propriedade o método da Posição Institucional para detectar as elites norte-americanas.

O avanço científico social e político, em seu sentido acadêmico e metodológico, desembocou em uma série de propostas de estudos sob os mais variados escopos metodológicos, onde a S.N.A. ou Análise de Redes Sociais comporta importante contribuição para o objetivo de mapeamento das elites. Vale ressaltar que esta dissertação não é um trabalho de Redes, apenas se faz uso desta metodologia para se aplicar o elitismo em nosso objeto de estudo.

Utilizamos aqui neste trabalho a percepção de Mosca, de que elites existem, e de Pareto, de que há uma circulação das elites. Ainda assim, quando forma-se um Grupo Político, há uma tendência inelutável a uma oligarquização dentro do grupo: esta é a Lei de Ferro das Oligarquias de Michels, aqui utilizada para se observar a tendência da disputa interna nas Elites Governamentais e sua circulação enquanto ocupantes dos postos-chave. Para tanto, nos amparamos na metodologia da Posição Institucional e passamos a catalogar, organizar e investigar profundamente os Termos de Posse, nosso objeto empírico sobre o qual aplicamos o elitismo.

Mas produzimos uma espécie de elitismo híbrido, tipo uma colcha de retalhos metodológicos com contribuições dos autores supracitados. Por um lado para resgatar para o âmbito do PPGCP da UFPA a validade epistemológica da Teoria das Elites; e por outro para testar essa construção teórico-metodológica aqui, na Amazônia, no estado do Pará. Assim sendo, prezamos pela análise empírica, uma vez demonstrado o tipo ideal de orientação

weberiana que construímos, no exame das Elites Governamentais que correspondem a um determinado Grupo Político.

Quando nos referimos a formação, dizemos respeito às nomeações via Termos de Posse que estão arquivados na Secretaria de Administração do Estado do Pará (SEAD). Já o termo renovação é uma clara alusão à circulação das elites ou a mudança nos postos ocupados pela nomeação direta do Governador, pois como já mencionamos os termos Elite Governamental, Grupo Político e Primeiro Escalão se referem ao mesmo conceito.

Porém, esta Elite Governamental formada em um determinado Governo pode fornecer membros desse mesmo grupo para uma espécie de elite da elite, que aqui denominamos “elite duradoura”: se um determinado ocupante de posto da Elite Governamental do Governo **A** passar a ocupar um cargo superior nomeado via Termo de Posse em outro Governo **B, C** ou **D**, este indivíduo passa ser denominado membro da elite da elite.

Essa elite da elite pode ter participação em dois ou mais Governos, e a quantidade de nomeações via Termos de Posse que cada gestão apresenta, no que tange a participação em outras administrações, indicará o grau do “índice de elitização”, conceito cunhado por nós para metrificar a quantificação dos membros que compõe cada Governo em relação a sua participação em outros Governos.

Concluimos, a partir dos dados analisados, que há uma circulação que ocorre no seio das elites que formam o corpo de nomes que compuseram a Elite Governante do estado do Pará entre 1983 e 2006, pois o numero de casos “sem conexão” é sempre maior que as “conexões” – salvo a exceção das gestões de Almir Gabriel –, apesar da resistência da “elite duradoura” verificada na freqüência e na repetição de nomes em e entre Governos, que é considerável e que, em certa medida, discute com a teoria da circulação das elites e a lei de ferro das oligarquias ante o comando de novas administrações no exercício do Governo. A esta descoberta atribuímos uma qualidade para a “elite duradoura”: seu caráter de ser “resistente”. Porém, para se ter uma posição mais sólida, teria de ser feito um estudo comparativo em outros estados da federação para podermos realizar uma análise comparativa entre diferentes regiões – talvez aí já esteja uma promissora indicação de pesquisa futura, assim como o recrutamento e a trajetória dessas mesmas elites.

O que fica de lição de toda esta tarefa hercúlea, mesopotâmica mesmo, em se estudar as elites no Pará – mas um estudo bem consubstanciado em uma sólida defesa teórica – é que o elitismo tem se apresentado como um viés seguro e bem argüido para se desenvolver estudos de Ciência Política, e que este estudo – pelo menos assim esperamos – seja o primeiro de muitos outros estudos voltados para o estudo das elites no Pará, na Amazônia e no Brasil.

A trajetória e formação dos Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Prefeitos, Vereadores, Governadores e Presidentes da República é hoje, sem dúvida, um dos mais férteis campos de investigação do que hoje chamamos de Ciência Política.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. Elites políticas regionais: o caso das interventorias gaúchas. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 187-197, 2008.
- ALBERTONI, E. A. Storia delle dottrine politiche in Itália. Milão: Mondadori, 1985.
- ÁLVARES, Maria L. Miranda. **Mulheres na Competição Eleitoral**: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre a ciência política na Itália**. Trad. Maria Celeste F. Faria Marcondes. Brasília: UnB, 2002.
- BOTTINELLI, Eduardo. Reclutamiento parlamentário y estratificación social em el Uruguay – la democracia uruguaya: subrepresentación em las elites politicas y estratificación social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.
- _____. Las carreras políticas de los Senadores en Uruguay: ¿cambios o continuidades ante el triunfo de la izquierda?. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 29-43, 2008.
- BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: B. Brasil, 1989.
- BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da *web*: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, 107-130, 2008.
- BURNHAM, James. **The Machiavellians: defenders of freedom**. Chicago: Gateway, 1963.
- CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 27 (1): 5-28, 1984.
- CARRERAS, Mercedes. Elitismo y democracia: de Pareto a Schumpeter. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Época). Núm. 73. Julio-Septiembre 1991.
- CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 89-105, 2008.
- COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. Especialização política numa perspectiva de gênero: um estudo sobre as variações na composição da elite política maranhense, com base nos processos de recrutamento das deputadas federais/estaduais (1982-2006). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.
- COSTA, Paulo Roberto Neves. Elites empresariais e valores democráticos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

DAHL, Robert A. A critique of the ruling elite model. **The American Political Science Review**, 52 (2): 463-469, 1958.

_____. Further reflections on 'The Elitist Theory of Democracy'. **The American Political Science Review**, 60 (2): 296-305, 1966.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; MATHIS, Armin. Mapeando elites políticas no estado do Pará: uma aproximação teórico-metodológica. **Paper do NAEA**, n 216, Belém/PA, NAEA/UFPA, 2008.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.26, n.77, pp. 175-188, 2011.

FLORENTINO, Renata. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). **Revista de Sociologia e Política**. v. 16, n. 30, pp. 45-63, 2008.

GOUVÊA, Júlio Cesar. A lógica de nomeação e o perfil sociopolítico das elites burocráticas: um estudo comparativo entre os governos FHC e Lula. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6 v. Ed. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRILL, Igor Gastal. Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão: Rio Grande do Sul e Maranhão. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 65-87, 2008.

GRINSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Boletim Informativo Bibliográfico – BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n 41, pp 35-86, 1º semestre de 1996.

GUIMARÃES, Francisco José Zamith; MELO, Elisete Sousa. **Diagnóstico Utilizando Análise de Redes Sociais**. Disponível em:

http://portal.crie.coppe.ufrj.br/portal/data/documents/storedDocuments/%7B93787CAE-E94C-45C7-992B-9403F6F40836%7D/%7BE5F077FE-704C-44EA-9B70-30BC4665277F%7D/RJ11_Projeto01.pdf Acesso: 21/08/2012.

HUNTER, Floyd. **Community Power Structure. A Study of Decision Makers**, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1953, apud JEREZ MIR, 1982

_____. **Top Leadership**, USA, Chapel HUÍ, University of North Carolina Press, 1959, apud JEREZ MIR, 1982.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro, Forense, 1967.

LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel. **As elites revolucionárias**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

LASSWELL, Harold D. **Política: Quem ganha o que, quando e como**. Brasília: Ed. da UNB, 1984.

LEAL, Carine de Souza. Quem faz a política no município? Perfil partidário e municipal dos vereadores do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Os empresários e o poder político em Portugal: interesses e ideologias em confronto. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

LEONI, Francesco. La clase politica en Gaetano Mosca. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Epoca). n 59, pp. 219-233. Enero-Marzo, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio (*Discorsi*)**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MESSEMBERG, Débora. Produção legislativa e representações políticas da elite parlamentar brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

_____. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 17-28, 2008.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. Da UNB, 1982.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do Poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MIZRUCHI, Mark S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**. vol. 46, Nº3, pp. 72-86, 2006

MOSCA, Gaetano. **História das Doutrinas Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1958.

NASCIMENTO, Lerisson Christian. Profissionalismo e poder local: os rosados e a imprensa em Mossoró/RN. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 167-186, 2008.

PARETO, Vilfredo. **Forma y equilibrio sociales**. Madrid: Alianza, 1980.

_____. **Vilfredo Pareto: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

PARSONS, Talcott. **The distribution of power in American society**. World Politics, 10 (1): 123-143, 1957.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 7-15, 2008.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal 2006. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MEDEIROS, Pedro Leonardo; WOWK, Rafael T.. Valores, socialização e comportamento: sugestões para uma sociologia da elite judiciária. **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 151-165, 2008.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas em Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 21, nº. 60, pp 67-82, Fevereiro/2006

POULANTZAS, Nicos. O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, R. (Org.). **Ideologia na Ciência Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

PUTNAM, R. **The comparative study of political elites**. New Jersey, Prentice-Hall, 1976.

SANTOS, André Marenco dos; DA ROS, Luciano. Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 131-149, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEIDL, Ernesto. Carreiras cruzadas: elites eclesiásticas e políticas no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32. **Anais...**, Caxambu, MG, 2008.

_____. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de Sociologia e Política**. v.16, n.30, pp. 199-220, 2008.

URIARTE, Edurne. **Revista de Estudios Políticos** (Nueva Epoca) Núm. 97. Julio-Septiembre 1997.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

APÊNDICE

APÊNDICE A
LISTA DE QUADROS

Quadro 02: Composição por Termo de Posse (formação) do Primeiro Governo Jader Barbalho (GJB1)

Nº	NOMES
1.	ACYR PAIVA PEREIRA DE CASTRO
2.	ADELEIME MAUÉS CAVALCANTE
3.	ALDO DA COSTA E SILVA
4.	ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL
5.	ALTINO BENTES GUIMARÃES
6.	ANTÔNIO BENTES DE FIGUEIREDO NETTO
7.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL
8.	ARNALDO MORAES FILHO
9.	ASDRÚBAL MENDES BENTES
10.	BENEDITO WILFREDO MONTEIRO
11.	DOMINGOS JUVENIL NUNES DE SOUZA
12.	FERNANDO COUTINHO JORGE
13.	FERNANDO DE JESUS GURJÃO SAMPAIO
14.	FERNANDO NILSON VELASCO
15.	FERNANDO VASCONCELOS MOREIRA DE CASTRO JUNIOR
16.	FRANCISCO RIBEIRO MACHADO
17.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
18.	FREDERICO COELHO DE SOUZA
19.	GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
20.	GILBERTO SEVERINO SANTOS DANIN
21.	HERCULANO AUGUSTO DE FREITAS TORRES
22.	HÉRCULES JOSÉ DA SILVA
23.	ITAIR SÁ DA SILVA
24.	JOÃO BATISTA DE MELO BASTOS
25.	JOSÉ VANGLÉSIO DE AGUIAR
26.	LAURA NAZARETH DE AZEVEDO ROSSETTI
27.	LÉLIO RAILSON DIAS DE ALCÂNTARA
28.	LUIS EDUARDO SOARES CARNEIRO
29.	LUIZ ROBERTO DE SOUZA MEIRA
30.	MANOEL ACÁCIO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA E SILVA
31.	MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO
32.	MÁRIO DA COSTA BARBOSA
33.	MARIO NAZARENO ROCHA
34.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
35.	ORLANDO MENDES CARNEIRO
36.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
37.	PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA
38.	PEDRO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO
39.	ROBERTO DA COSTA FERREIRA
40.	SAHID XERFAN
41.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE
42.	WILTON DE QUEIROZ MOREIRA

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 03: Composição por Termo de Posse (formação) do Governo Hélio Gueiros (GHG)

Nº	NOMES
1.	ALDEBARO CAVALEIRO DE MACEDO KLAUTAU FILHO
2.	AMILCAR ALVES TUPIASSÚ
3.	ANTONIO CARLOS DA SILVA GOMES
4.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL
5.	ARNALDO GAMA DA ROCHA
6.	ARTHUR CLAUDIO DE OLIVEIRA MELLO
7.	CARLOS JEHÁ KAYATH
8.	CLÁUDIO FURMAN
9.	DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA
10.	EDGARD OLYNTHO CONTENTE
11.	ELISABETH PESSOA GOMES DA SILVA
12.	FERNANDO TERUÓ YAMADA
13.	FLAVIANO GOMES MELO
14.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
15.	FREDERICO COELHO DE SOUZA
16.	GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA
17.	HERUNDINO MOREIRA JUNIOR
18.	ISMAR PEREIRA DA SILVA
19.	ITAIR SÁ DA SILVA
20.	IVANILDE APOLUCENO DE OLIVEIRA
21.	JOAQUIM DE LIRA MAIA
22.	LUIS OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS
23.	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS
24.	MANOEL DE NAZARÉ SANTANA RIBEIRO
25.	MANOEL NAZARETH SANT' ANNA RIBEIRO
26.	MARIA DE NAZARÉ KÓS MIRANDA MARQUES
27.	MARIA REGINA MANESCHY FARIA
28.	MARIO MONTEIRO MALATO
29.	MARIO XAVIER TEIXEIRA
30.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
31.	NILO ALVES DE ALMEIDA
32.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
33.	PAULO MENDES BARROSO REBELLO
34.	ROBERTO PESSOA CAMPOS
35.	ROMERO XIMENES PONTE
36.	THEREZINHA MORAES GUEIROS

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 04: Composição por Termo de Posse (formação) do Segundo Governo Jader Barbalho (GJB2)

Nº	NOMES
1.	ADHERBAL AUGUSTO MEIRA MATTOS
2.	ALCIDES DA SILVA ALCANTARA
3.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL
4.	ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA
5.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO

6.	FLAVIANO GOMES DE MELO
7.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
8.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES
9.	GILENO MULLER CHAVES
10.	GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA
11.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
12.	JOÃO ROBERTO CAVALLEIRO DE MACEDO
13.	JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
14.	LUIZ PANIAGO DE SOUZA
15.	MANOEL NAZARETH SANT' ANNA RIBEIRO
16.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
17.	MARIA EUGENIA MARCOS RIO
18.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
19.	PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO
20.	PAULO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO
21.	ROBERTO DA COSTA FERREIRA
22.	ROBERTO RIBEIRO CORRÊA
23.	ROMERO XIMENES PONTE
24.	WILSON MODESTO FIGUEIREDO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 05: Composição por Termo de Posse (formação) do Governo Carlos Santos (GCS)

Nº	NOMES
1.	AGAZIL BAIA SANTOS
2.	ALFREDO LIMA HENRIQUES SANTALICES
3.	ANTONIO NONNATO DO AMARAL
4.	CAMILO PINTO DA SILVA NETO
5.	CARLOS ALBERTO DA SILVA FRANCO
6.	CARLOS JEHÁ KAYATH
7.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO
8.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
9.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
10.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES
11.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
12.	JOSÉ ALFREDO CARMO CALDAS
13.	JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ
14.	LEDA APARECIDA CÂMARA DE AZEVEDO
15.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
16.	RAÚL DOS SANTOS AMARAL
17.	RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
18.	WILTON SANTOS BRITO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 06: Composição por Termo de Posse (formação) do Primeiro Governo Almir Gabriel (GAG1)

Nº	NOMES
1.	ALDIR JORGE VIANA DA SILVA
2.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU
3.	CARLOS JEHÁ KAYATH
4.	CLODOMIR ASSIS ARAÚJO
5.	DILERMANDO GOMES CABRAL
6.	ELISA VIANNA SÁ
7.	FABIANO JOSÉ DINIZ LOPES
8.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
9.	HAROLDO COSTA BEZERRA
10.	HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES
11.	JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
12.	JOÃO DE MIRANDA LEÃO FILHO
13.	JORGE ALEX NUNES ATHIAS
14.	JOSÉ AUGUSTO PONTES DE MORAES
15.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO
16.	JOSÉ RIBAMAR MATOS
17.	MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL
18.	NILSON PINTO DE OLIVEIRA
19.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE
20.	PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA
21.	PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO
22.	PAULO ELCÍDIO CHAVES DE NOGUEIRA
23.	PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES
24.	PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO
25.	ROBERTO DA ROCHA KÓS
26.	ROSA MARIA LIMA DE FREITAS
27.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE
28.	VALRY BITTENCOURT FERREIRA
29.	VITOR MANOEL JESUS MATEUS

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 07: Composição por Termo de Posse (formação) do Segundo Governo Almir Gabriel (GAG2)

Nº	NOMES
1.	ALOÍSIO AUGUSTO LOPES CHAVES
2.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU
3.	ANA AMÉLIA SEFER DE FIGUEIREDO
4.	CARLOS JEHÁ KAYATH
5.	CÉSAR AUGUSTO BRASIL MEIRA
6.	EDSON RAYMUNDO PINHEIRO DE SOUZA FRANCO
7.	EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO
8.	EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS
9.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO
10.	FERNANDO ANTONIO COLARES PALÁCIOS
11.	FRANCISCO DIAS FERNANDES
12.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA

13.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
14.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES
15.	GILBERTO SEVERINO SANTOS DANIN
16.	GLEDSON ANTONIO DO NASCIMENTO DINIZ
17.	HAROLDO COSTA BEZERRA
18.	HEITOR MÁRCIO PINHEIRO DOS SANTOS
19.	INÁCIO KOURY GABRIEL NETO
20.	ISMAR PEREIRA DA SILVA
21.	ÍTALO DE ALMAEIDA MÁCOLA JÚNIOR
22.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
23.	JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO
24.	JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA
25.	JOAQUIM DE LIRA MAIA
26.	JOSÉ ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS
27.	JOSÉ ÂNGELO MIRANDA
28.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO
29.	JOSÉ CUPERTINO CORRÊA
30.	JOSÉ VANGLÉSIO DE AGUIAR
31.	LAURISTON JOSÉ LUNA GÓES
32.	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS
33.	MANOEL DE NAZARÉ SANTANA RIBEIRO
34.	MANOEL NAZARETH SANT' ANNA RIBEIRO
35.	MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR
36.	MARCOS XIMENES PONTE
37.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
38.	MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
39.	MARIA DE NAZARÉ KÓS MIRANDA MARQUES
40.	MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL
41.	MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS
42.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
43.	NILO ALVES DE ALMEIDA
44.	NILSON PINTO DE OLIVEIRA
45.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE
46.	PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA
47.	PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO
48.	PAULO ELCÍDIO CHAVES DE NOGUEIRA
49.	PAULO FERNANDO MACHADO
50.	PAULO ROBERTO CHAVES FERANADES
51.	PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES
52.	PAULO SÉRGIO MOTA PEREIRA
53.	PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA
54.	PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO
55.	RAMIRO JAYME BENTES
56.	ROBERTO DA ROCHA KÓS
57.	ROMERO XIMENES PONTE
58.	RONALDO BARATA
59.	ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES
60.	ROSINÉLI GUERREIRO SALAME
61.	SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA MANESCHY
62.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE
63.	SULEIMA FRAIHA PEGADO

64.	TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA
65.	VALRY BITTENCOURT FERREIRA
66.	WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES
67.	ZENO AUGUSTO BASTOS VELOSO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 08: Composição por Termo de Posse (formação) do Governo Simão Jatene (GSJ)

Nº	NOMES
1.	ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES
2.	ALICE VIANA SOARES
3.	ALTINO TAVARES PINHEIRO
4.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU
5.	ANA AMÉLIA SEFER DE FIGUEIREDO
6.	ANA MARIA GOMES CHAMMA
7.	ANELYSE FREITAS DE AZEVEDO
8.	ANELYSE SANTOS DE FREITAS
9.	ANTONIO CARLOS BORGES LEAL DE BRITO
10.	ANTÔNIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
11.	CICERINO CABRAL DO NASCIMENTO
12.	DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
13.	EDIELSON DO NASCIMENTO SANTOS
14.	EDSON NESTOR FERREIRA DA SILVA
15.	EDUARDO DA SILVA KATAOKA
16.	ELCIONE TEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO
17.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO
18.	FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO
19.	FRANCISCO EDUARDO OLIVEIRA VICTER
20.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
21.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
22.	GERSON DOS SANTOS PERES
23.	HAROLDO COSTA BEZERRA
24.	HEITOR MÁRCIO PINHEIRO DOS SANTOS
25.	HELIANA DA SILVA JATENE
26.	ÍTALO DE ALMAEIDA MÁCOLA JÚNIOR
27.	IVANILDO FERREIRA ALVES
28.	JOÃO CARLOS PINA SARAIVA
29.	JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA
30.	JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO
31.	JOSÉ ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS
32.	JOSÉ ALYRIO WANZELER SABBÁ
33.	JOSÉ ÂNGELO MIRANDA
34.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO
35.	JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA
36.	JOSÉ HAROLDO TEIXEIRA DA COSTA
37.	LEIDA MARIA COELHO BOSNIC
38.	LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
39.	LUIZ DE GONZAGA RODRIGUES MALCHER
40.	LUIZ FERNANDES ROCHA
41.	LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

42.	MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO
43.	MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR
44.	MARCO VINICIUS EIRÓ DO NASCIMENTO
45.	MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
46.	MARIA REGINA MANESCHY FARIA SAMPAIO
47.	MARIA RUTE TOSTES DA SILVA
48.	MARILÉA FERREIRA SANCHES
49.	NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS JUNIOR
50.	NILO ALVES DE ALMEIDA
51.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE
52.	ORLANDO ANTÔNIO SARMANHO FRADE
53.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
54.	PAULO FERNANDO MACHADO
55.	PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO
56.	PAULO ROBERTO CHAVES FERANADES
57.	PAULO SÉRGIO MOTA PEREIRA
58.	PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO
59.	RAMIRO JAYME BENTES
60.	RONALDO BARATA
61.	ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA
62.	ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES
63.	ROSINÉLI GUERREIRO SALAME
64.	SAHID XERFAN
65.	SAULO CASTRO COSTA
66.	SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA MANESCHY
67.	SÔNIA LÚCIA BASTOS MARANHÃO
68.	SULEIMA FRAIHA PEGADO
69.	TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA
70.	VALÉRIA VINAGRE PIRES FRANCO
71.	VILMOS DA SILVA GRUNVALD
72.	WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 09: Composição por tipo de “conexão” do Primeiro Governo Jader Barbalho (GJB1)

Nº	NOMES	TIPO DE CONEXÃO
1.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE	Conexão contínua GAG1/GAG2
2.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO	Conexão contínua GCS/GAG1/GAG2
3.	FREDERICO COELHO DE SOUZA	Conexão contínua GJB1/GHG
4.	ITAIR SÁ DA SILVA	Conexão contínua GJB1/GHG
5.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA	Conexão contínua GJB1/GHG
6.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL	Conexão contínua GJB1/GHG/GJB2
7.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO	Conexão contínua GJB1/GHG/GJB2
8.	GILBERTO SEVERINO SANTOS DANIN	Conexão descontínua binária
9.	JOSÉ VANGLÉSIO DE AGUIAR	Conexão descontínua binária
10.	PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA	Conexão descontínua binária
11.	ROBERTO DA COSTA FERREIRA	Conexão descontínua binária
12.	SAHID XERFAN	Conexão descontínua binária
13.	ACYR PAIVA PEREIRA DE CASTRO	Sem conexão
14.	ADELEIME MAUÉS CAVALCANTE	Sem conexão
15.	ALDO DA COSTA E SILVA	Sem conexão

16.	ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL	Sem conexão
17.	ALTINO BENTES GUIMARÃES	Sem conexão
18.	ANTÔNIO BENTES DE FIGUEIREDO NETTO	Sem conexão
19.	ARNALDO MORAES FILHO	Sem conexão
20.	ASDRÚBAL MENDES BENTES	Sem conexão
21.	BENEDITO WILFREDO MONTEIRO	Sem conexão
22.	DOMINGOS JUVENIL NUNES DE SOUZA	Sem conexão
23.	FERNANDO COUTINHO JORGE	Sem conexão
24.	FERNANDO DE JESUS GURJÃO SAMPAIO	Sem conexão
25.	FERNANDO NILSON VELASCO	Sem conexão
26.	FERNANDO VASCONCELOS MOREIRA DE CASTRO JUNIOR	Sem conexão
27.	FRANCISCO RIBEIRO MACHADO	Sem conexão
28.	GEORGENOR DE SOUSA FRANCO	Sem conexão
29.	HERCULANO AUGUSTO DE FREITAS TORRES	Sem conexão
30.	HÉRCULES JOSÉ DA SILVA	Sem conexão
31.	JOÃO BATISTA DE MELO BASTOS	Sem conexão
32.	LAURA NAZARETH DE AZEVEDO ROSSETTI	Sem conexão
33.	LÉLIO RAILSON DIAS DE ALCÂNTARA	Sem conexão
34.	LUIS EDUARDO SOARES CARNEIRO	Sem conexão
35.	LUIZ ROBERTO DE SOUZA MEIRA	Sem conexão
36.	MANOEL ACÁCIO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA E SILVA	Sem conexão
37.	MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO	Sem conexão
38.	MÁRIO DA COSTA BARBOSA	Sem conexão
39.	MARIO NAZARENO ROCHA	Sem conexão
40.	ORLANDO MENDES CARNEIRO	Sem conexão
41.	PEDRO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO	Sem conexão
42.	WILTON DE QUEIROZ MOREIRA	Sem conexão

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 10: Composição por tipo de “conexão” do Governo Hélio Gueiros (GHG)

Nº	NOMES	TIPO DE CONEXÃO
1.	NILO ALVES DE ALMEIDA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
2.	CARLOS JEHÁ KAYATH	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
3.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
4.	MANOEL NAZARETH SANT’ANNA RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GHG/GJB2
5.	ROMERO XIMENES PONTE	CONEXÃO CONTÍNUA GHG/GJB2
6.	FREDERICO COELHO DE SOUZA	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG
7.	ITAIR SÁ DA SILVA	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG
8.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG
9.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG/GJB2
10.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG/GJB2
11.	ISMAR PEREIRA DA SILVA	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
12.	JOAQUIM DE LIRA MAIA	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
13.	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
14.	MANOEL DE NAZARÉ SANTANA RIBEIRO	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA

15.	MARIA DE NAZARÉ KÓS MIRANDA MARQUES	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
16.	ALDEBARO CAVALEIRO DE MACEDO KLAUTAU FILHO	SEM CONEXÃO
17.	AMILCAR ALVES TUPIASSÚ	SEM CONEXÃO
18.	ANTONIO CARLOS DA SILVA GOMES	SEM CONEXÃO
19.	ARNALDO GAMA DA ROCHA	SEM CONEXÃO
20.	ARTHUR CLAUDIO DE OLIVEIRA MELLO	SEM CONEXÃO
21.	CLÁUDIO FURMAN	SEM CONEXÃO
22.	DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA	SEM CONEXÃO
23.	EDGARD OLYNTHO CONTENTE	SEM CONEXÃO
24.	ELISABETH PESSOA GOMES DA SILVA	SEM CONEXÃO
25.	FERNANDO TERUÓ YAMADA	SEM CONEXÃO
26.	FLAVIANO GOMES MELO	SEM CONEXÃO
27.	GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA	SEM CONEXÃO
28.	HERUNDINO MOREIRA JUNIOR	SEM CONEXÃO
29.	IVANILDE APOLUCENO DE OLIVEIRA	SEM CONEXÃO
30.	LUIS OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS	SEM CONEXÃO
31.	MARIA REGINA MANESCHY FARIA	SEM CONEXÃO
32.	MARIO MONTEIRO MALATO	SEM CONEXÃO
33.	MARIO XAVIER TEIXEIRA	SEM CONEXÃO
34.	PAULO MENDES BARROSO REBELLO	SEM CONEXÃO
35.	ROBERTO PESSOA CAMPOS	SEM CONEXÃO
36.	THEREZINHA MORAES GUEIROS	SEM CONEXÃO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 11: Composição por Termo de Posse (formação) do Segundo Governo Jader Barbalho (GJB2)

Nº	NOMES	TIPO DE CONEXÃO
1.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
2.	MANOEL NAZARETH SANT' ANNA RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GHG/GJB2
3.	ROMERO XIMENES PONTE	CONEXÃO CONTÍNUA GHG/GJB2
4.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG/GJB2
5.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG/GJB2
6.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
7.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
8.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
9.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
10.	ROBERTO DA COSTA FERREIRA	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
11.	ADHERBAL AUGUSTO MEIRA MATTOS	SEM CONEXÃO
12.	ALCIDES DA SILVA ALCANTARA	SEM CONEXÃO
13.	ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA	SEM CONEXÃO
14.	FLAVIANO GOMES DE MELO	SEM CONEXÃO
15.	GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA	SEM CONEXÃO
16.	GILENO MULLER CHAVES	SEM CONEXÃO
17.	JOÃO ROBERTO CAVALLEIRO DE MACEDO	SEM CONEXÃO
18.	JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA	SEM CONEXÃO

19.	LUIZ PANIAGO DE SOUZA	SEM CONEXÃO
20.	MARIA EUGENIA MARCOS RIO	SEM CONEXÃO
21.	PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO	SEM CONEXÃO
22.	PAULO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO	SEM CONEXÃO
23.	ROBERTO RIBEIRO CORRÊA	SEM CONEXÃO
24.	WILSON MODESTO FIGUEIREDO	SEM CONEXÃO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 12: Composição por tipo de “conexão” do Governo Carlos Santos (GCS)

Nº	NOMES	TIPO DE CONEXÃO
1.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
2.	CARLOS JEHÁ KAYATH	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
3.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
4.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
5.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
6.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
7.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
8.	AGAZIL BAIA SANTOS	SEM CONEXÃO
9.	ALFREDO LIMA HENRIQUES SANTALICES	SEM CONEXÃO
10.	ANTONIO NONNATO DO AMARAL	SEM CONEXÃO
11.	CAMILO PINTO DA SILVA NETO	SEM CONEXÃO
12.	CARLOS ALBERTO DA SILVA FRANCO	SEM CONEXÃO
13.	JOSÉ ALFREDO CARMO CALDAS	SEM CONEXÃO
14.	JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ	SEM CONEXÃO
15.	LEDA APARECIDA CÂMARA DE AZEVEDO	SEM CONEXÃO
16.	RAÚL DOS SANTOS AMARAL	SEM CONEXÃO
17.	RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE	SEM CONEXÃO
18.	WILTON SANTOS BRITO	SEM CONEXÃO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 13: Composição por tipo de “conexão” do Primeiro Governo Almir Gabriel (GAG1)

Nº	NOMES	TIPO DE CONEXÃO
1.	MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
2.	NILSON PINTO DE OLIVEIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
3.	PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
4.	PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
5.	PAULO ELCÍDIO CHAVES DE NOGUEIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
6.	PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
7.	PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
8.	ROBERTO DA ROCHA KÓS	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
9.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
10.	VALRY BITTENCOURT FERREIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
11.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
12.	HAROLDO COSTA BEZERRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ

13.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
14.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
15.	CARLOS JEHÁ KAYATH	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
16.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
17.	ALDIR JORGE VIANA DA SILVA	SEM CONEXÃO
18.	CLODOMIR ASSIS ARAÚJO	SEM CONEXÃO
19.	DILERMANDO GOMES CABRAL	SEM CONEXÃO
20.	ELISA VIANNA SÁ	SEM CONEXÃO
21.	FABIANO JOSÉ DINIZ LOPES	SEM CONEXÃO
22.	HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES	SEM CONEXÃO
23.	JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO	SEM CONEXÃO
24.	JOÃO DE MIRANDA LEÃO FILHO	SEM CONEXÃO
25.	JORGE ALEX NUNES ATHIAS	SEM CONEXÃO
26.	JOSÉ AUGUSTO PONTES DE MORAES	SEM CONEXÃO
27.	JOSÉ RIBAMAR MATOS	SEM CONEXÃO
28.	ROSA MARIA LIMA DE FREITAS	SEM CONEXÃO
29.	VITOR MANOEL JESUS MATEUS	SEM CONEXÃO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 14: Composição por tipo de “conexão” do Segundo Governo Almir Gabriel (GAG2)

Nº	NOMES	TIPO DE CONEXÃO
1.	MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
2.	NILSON PINTO DE OLIVEIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
3.	PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
4.	PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
5.	PAULO ELCÍDIO CHAVES DE NOGUEIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
6.	PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
7.	PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
8.	ROBERTO DA ROCHA KÓS	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
9.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
10.	VALRY BITTENCOURT FERREIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2
11.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
12.	HAROLDO COSTA BEZERRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
13.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
14.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
15.	ANA AMÉLIA SEFER DE FIGUEIREDO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
16.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
17.	HEITOR MÁRCIO PINHEIRO DOS SANTOS	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
18.	ÍTALO DE ALMAEIDA MÁCOLA JÚNIOR	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
19.	JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
20.	JOSÉ ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
21.	JOSÉ ÂNGELO MIRANDA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
22.	MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ

23.	NILO ALVES DE ALMEIDA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
24.	PAULO FERNANDO MACHADO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
25.	PAULO ROBERTO CHAVES FERANADES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
26.	PAULO SÉRGIO MOTA PEREIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
27.	RAMIRO JAYME BENTES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
28.	RONALDO BARATA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
29.	ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
30.	ROSINÉLI GUERREIRO SALAME	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
31.	SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA MANESCHY	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
32.	SULEIMA FRAIHA PEGADO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
33.	TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
34.	WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
35.	CARLOS JEHÁ KAYATH	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
36.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
37.	MANOEL NAZARETH SANT'ANNA RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GHG/GJB2
38.	ROMERO XIMENES PONTE	CONEXÃO CONTÍNUA GHG/GJB2
39.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG/GJB2
40.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
41.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
42.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
43.	GILBERTO SEVERINO SANTOS DANIN	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
44.	ISMAR PEREIRA DA SILVA	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
45.	JOAQUIM DE LIRA MAIA	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
46.	JOSÉ VANGLÉSIO DE AGUIAR	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
47.	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
48.	MANOEL DE NAZARÉ SANTANA RIBEIRO	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
49.	MARIA DE NAZARÉ KÓS MIRANDA MARQUES	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
50.	PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
51.	ALOÍSIO AUGUSTO LOPES CHAVES	SEM CONEXÃO
52.	CÉSAR AUGUSTO BRASIL MEIRA	SEM CONEXÃO
53.	EDSON RAYMUNDO PINHEIRO DE SOUZA FRANCO	SEM CONEXÃO
54.	EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO	SEM CONEXÃO
55.	EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS	SEM CONEXÃO
56.	FERNANDO ANTONIO COLARES PALÁCIOS	SEM CONEXÃO
57.	FRANCISCO DIAS FERNANDES	SEM CONEXÃO
58.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA	SEM CONEXÃO
59.	GLEDSON ANTONIO DO NASCIMENTO DINIZ	SEM CONEXÃO
60.	INÁCIO KOURY GABRIEL NETO	SEM CONEXÃO
61.	JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO	SEM CONEXÃO
62.	JOSÉ CUPERTINO CORRÊA	SEM CONEXÃO
63.	LAURISTON JOSÉ LUNA GÓES	SEM CONEXÃO
64.	MARCOS XIMENES PONTE	SEM CONEXÃO
65.	MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA	SEM CONEXÃO
66.	MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS	SEM CONEXÃO
67.	ZENO AUGUSTO BASTOS VELOSO	SEM CONEXÃO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 15: Composição por tipo de “conexão” do Governo Simão Jatene (GSJ)

Nº	NOMES	TIPO DE CONEXÃO
1.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
2.	HAROLDO COSTA BEZERRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
3.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
4.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE	CONEXÃO CONTÍNUA GAG1/GAG2/GSJ
5.	ANA AMÉLIA SEFER DE FIGUEIREDO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
6.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
7.	HEITOR MÁRCIO PINHEIRO DOS SANTOS	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
8.	ÍTALO DE ALMAEIDA MÁCOLA JÚNIOR	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
9.	JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
10.	JOSÉ ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
11.	JOSÉ ÂNGELO MIRANDA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
12.	MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
13.	NILO ALVES DE ALMEIDA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
14.	PAULO FERNANDO MACHADO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
15.	PAULO ROBERTO CHAVES FERANADES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
16.	PAULO SÉRGIO MOTA PEREIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
17.	RAMIRO JAYME BENTES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
18.	RONALDO BARATA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
19.	ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
20.	ROSINÉLI GUERREIRO SALAME	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
21.	SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA MANESCHY	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
22.	SULEIMA FRAIHA PEGADO	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
23.	TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
24.	WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES	CONEXÃO CONTÍNUA GAG2/GSJ
25.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO	CONEXÃO CONTÍNUA GCS/GAG1/GAG2
26.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA	CONEXÃO CONTÍNUA GJB1/GHG
27.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO	CONEXÃO CONTÍNUA GJB2/GCS
28.	SAHID XERFAN	CONEXÃO DESCONTÍNUA BINÁRIA
29.	ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES	SEM CONEXÃO
30.	ALICE VIANA SOARES	SEM CONEXÃO
31.	ALTINO TAVARES PINHEIRO	SEM CONEXÃO
32.	ANA MARIA GOMES CHAMMA	SEM CONEXÃO
33.	ANELYSE FREITAS DE AZEVEDO	SEM CONEXÃO
34.	ANELYSE SANTOS DE FREITAS	SEM CONEXÃO
35.	ANTONIO CARLOS BORGES LEAL DE BRITO	SEM CONEXÃO
36.	ANTÔNIO CARLOS FONTELLES DE LIMA	SEM CONEXÃO
37.	CICERINO CABRAL DO NASCIMENTO	SEM CONEXÃO
38.	DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA	SEM CONEXÃO
39.	EDIELSON DO NASCIMENTO SANTOS	SEM CONEXÃO
40.	EDSON NESTOR FERREIRA DA SILVA	SEM CONEXÃO
41.	EDUARDO DA SILVA KATAOKA	SEM CONEXÃO
42.	ELCIONE TEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO	SEM CONEXÃO
43.	FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO	SEM CONEXÃO
44.	FRANCISCO EDUARDO OLIVEIRA VICTER	SEM CONEXÃO
45.	GERSON DOS SANTOS PERES	SEM CONEXÃO
46.	HELIANA DA SILVA JATENE	SEM CONEXÃO
47.	IVANILDO FERREIRA ALVES	SEM CONEXÃO
48.	JOÃO CARLOS PINA SARAIVA	SEM CONEXÃO

49.	JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO	SEM CONEXÃO
50.	JOSÉ ALYRIO WANZELER SABBÁ	SEM CONEXÃO
51.	JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA	SEM CONEXÃO
52.	JOSÉ HAROLDO TEIXEIRA DA COSTA	SEM CONEXÃO
53.	LEIDA MARIA COELHO BOSNIC	SEM CONEXÃO
54.	LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA	SEM CONEXÃO
55.	LUIZ DE GONZAGA RODRIGUES MALCHER	SEM CONEXÃO
56.	LUIZ FERNANDES ROCHA	SEM CONEXÃO
57.	LUIZ PINTO DE OLIVEIRA	SEM CONEXÃO
58.	MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO	SEM CONEXÃO
59.	MARCO VINICIUS EIRÓ DO NASCIMENTO	SEM CONEXÃO
60.	MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA	SEM CONEXÃO
61.	MARIA REGINA MANESCHY FARIA SAMPAIO	SEM CONEXÃO
62.	MARIA RUTE TOSTES DA SILVA	SEM CONEXÃO
63.	MARILÉA FERREIRA SANCHES	SEM CONEXÃO
64.	NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS JUNIOR	SEM CONEXÃO
65.	ORLANDO ANTÔNIO SARMANHO FRADE	SEM CONEXÃO
66.	PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO	SEM CONEXÃO
67.	PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO	SEM CONEXÃO
68.	ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA	SEM CONEXÃO
69.	SAULO CASTRO COSTA	SEM CONEXÃO
70.	SÔNIA LÚCIA BASTOS MARANHÃO	SEM CONEXÃO
71.	VALÉRIA VINAGRE PIRES FRANCO	SEM CONEXÃO
72.	VILMOS DA SILVA GRUNVALD	SEM CONEXÃO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)

Quadro 16: Rede Geral (número total do universo de Termos de Posse e todos os nomes – inclusive quanto a sua frequência – presentes nos Termos de Posse)

	NOMES
1.	ACYR PAIVA PEREIRA DE CASTRO
2.	ADELEIME MAUÉS CAVALCANTE
3.	ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES
4.	ADHERBAL AUGUSTO MEIRA MATTOS
5.	AGAZIL BAIA SANTOS
6.	ALCIDES DA SILVA ALCANTARA
7.	ALDEBARO CAVALEIRO DE MACEDO KLAUTAU FILHO
8.	ALDIR JORGE VIANA DA SILVA
9.	ALDO DA COSTA E SILVA
10.	ALFREDO LIMA HENRIQUES SANTALICES
11.	ALICE VIANA SOARES
12.	ALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA GABRIEL
13.	ALOÍSIO AUGUSTO LOPES CHAVES

14.	ALTINO BENTES GUIMARÃES
15.	ALTINO TAVARES PINHEIRO
16.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU
17.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU
18.	AMARO BARRETO DA COSTA KLAUTAU
19.	AMILCAR ALVES TUPIASSÚ
20.	ANA AMÉLIA SEFER DE FIGUEIREDO
21.	ANA AMÉLIA SEFER DE FIGUEIREDO
22.	ANA MARIA GOMES CHAMMA
23.	ANELYSE FREITAS DE AZEVEDO
24.	ANELYSE SANTOS DE FREITAS
25.	ANTÔNIO BENTES DE FIGUEIREDO NETTO
26.	ANTONIO CARLOS BORGES LEAL DE BRITO
27.	ANTONIO CARLOS DA SILVA GOMES
28.	ANTÔNIO CARLOS FONTELLES DE LIMA
29.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL
30.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL
31.	ANTONIO CESAR PINHO BRASIL
32.	ANTONIO NONNATO DO AMARAL
33.	ARNALDO GAMA DA ROCHA
34.	ARNALDO MORAES FILHO
35.	ARTHUR CLAUDIO DE OLIVEIRA MELLO
36.	ASDRÚBAL MENDES BENTES
37.	BENEDITO WILFREDO MONTEIRO
38.	CAMILO PINTO DA SILVA NETO
39.	CARLOS ALBERTO DA SILVA FRANCO
40.	CARLOS JEHÁ KAYATH
41.	CARLOS JEHÁ KAYATH
42.	CARLOS JEHÁ KAYATH
43.	CARLOS JEHÁ KAYATH
44.	CÉSAR AUGUSTO BRASIL MEIRA
45.	CICERINO CABRAL DO NASCIMENTO
46.	CLÁUDIO FURMAN
47.	CLODOMIR ASSIS ARAÚJO
48.	DANIEL QUEIMA COELHO DE SOUZA
49.	DILERMANDO GOMES CABRAL
50.	DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
51.	DOMINGOS JUVENIL NUNES DE SOUZA
52.	EDGARD OLYNTHO CONTENTE
53.	EDIELSON DO NASCIMENTO SANTOS
54.	EDSON NESTOR FERREIRA DA SILVA
55.	EDSON RAYMUNDO PINHEIRO DE SOUZA FRANCO
56.	EDUARDO DA SILVA KATAOKA
57.	EDUARDO LUIZ DA SILVA LOUREIRO
58.	ELCIONE TEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO
59.	ELISA VIANNA SÁ
60.	ELISABETH PESSOA GOMES DA SILVA
61.	EMANUEL ARESTI SANTANA GONÇALVES MATOS
62.	ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA
63.	FABIANO JOSÉ DINIZ LOPES
64.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO

65.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO
66.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO
67.	FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO
68.	FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO
69.	FERNANDO ANTONIO COLARES PALÁCIOS
70.	FERNANDO COUTINHO JORGE
71.	FERNANDO DE JESUS GURJÃO SAMPAIO
72.	FERNANDO NILSON VELASCO
73.	FERNANDO TERUÓ YAMADA
74.	FERNANDO VASCONCELOS MOREIRA DE CASTRO JUNIOR
75.	FLAVIANO GOMES DE MELO
76.	FLAVIANO GOMES MELO
77.	FRANCISCO DIAS FERNANDES
78.	FRANCISCO EDUARDO OLIVEIRA VICTER
79.	FRANCISCO RIBEIRO MACHADO
80.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA
81.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
82.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
83.	FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
84.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
85.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
86.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
87.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
88.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
89.	FREDERICO ANÍBAL DA COSTA MONTEIRO
90.	FREDERICO COELHO DE SOUZA
91.	FREDERICO COELHO DE SOUZA
92.	GEORGENOR DE SOUSA FRANCO
93.	GERSON DOS SANTOS PERES
94.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES
95.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES
96.	GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES
97.	GILBERTO SEVERINO SANTOS DANIN
98.	GILBERTO SEVERINO SANTOS DANIN
99.	GILENO MULLER CHAVES
100.	GLEDSON ANTONIO DO NASCIMENTO DINIZ
101.	GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA
102.	GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA
103.	HAROLDO COSTA BEZERRA
104.	HAROLDO COSTA BEZERRA
105.	HAROLDO COSTA BEZERRA
106.	HEITOR MÁRCIO PINHEIRO DOS SANTOS
107.	HEITOR MÁRCIO PINHEIRO DOS SANTOS
108.	HELIANA DA SILVA JATENE
109.	HERCULANO AUGUSTO DE FREITAS TORRES
110.	HÉRCULES JOSÉ DA SILVA
111.	HERUNDINO MOREIRA JUNIOR
112.	HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES
113.	INÁCIO KOURY GABRIEL NETO
114.	ISMAR PEREIRA DA SILVA
115.	ISMAR PEREIRA DA SILVA

116.	ITAIR SÁ DA SILVA
117.	ITAIR SÁ DA SILVA
118.	ÍTALO DE ALMAEIDA MÁCOLA JÚNIOR
119.	ÍTALO DE ALMAEIDA MÁCOLA JÚNIOR
120.	IVANILDE APOLUCENO DE OLIVEIRA
121.	IVANILDO FERREIRA ALVES
122.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
123.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
124.	JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS
125.	JOÃO BATISTA DE MELO BASTOS
126.	JOÃO CARLOS PINA SARAIVA
127.	JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO
128.	JOÃO DE MIRANDA LEÃO FILHO
129.	JOÃO MESSIAS DOS SANTOS FILHO
130.	JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA
131.	JOÃO PAULO VIEIRA DA SILVA
132.	JOÃO ROBERTO CAVALLEIRO DE MACEDO
133.	JOAQUIM DE LIRA MAIA
134.	JOAQUIM DE LIRA MAIA
135.	JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
136.	JOAQUIM PASSARINHO PINTO DE SOUZA PORTO
137.	JORGE ALEX NUNES ATHIAS
138.	JOSÉ ALFREDO CARMO CALDAS
139.	JOSÉ ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS
140.	JOSÉ ALOYSIO CAVALCANTE CAMPOS
141.	JOSÉ ALYRIO WANZELER SABBÁ
142.	JOSÉ ÂNGELO MIRANDA
143.	JOSÉ ÂNGELO MIRANDA
144.	JOSÉ AUGUSTO PONTES DE MORAES
145.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO
146.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO
147.	JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO
148.	JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA
149.	JOSÉ CUPERTINO CORRÊA
150.	JOSÉ HAROLDO TEIXEIRA DA COSTA
151.	JOSÉ RIBAMAR MATOS
152.	JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ
153.	JOSÉ VANGLÉSIO DE AGUIAR
154.	JOSÉ VANGLÉSIO DE AGUIAR
155.	LAURA NAZARETH DE AZEVEDO ROSSETTI
156.	LAURISTON JOSÉ LUNA GÓES
157.	LEDA APARECIDA CÂMARA DE AZEVEDO
158.	LEIDA MARIA COELHO BOSNIC
159.	LÉLIO RAILSON DIAS DE ALCÂNTARA
160.	LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
161.	LUIS EDUARDO SOARES CARNEIRO
162.	LUIS OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS
163.	LUIZ DE GONZAGA RODRIGUES MALCHER
164.	LUIZ FERNANDES ROCHA
165.	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS
166.	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS

167.	LUIZ PANIAGO DE SOUZA
168.	LUIZ PINTO DE OLIVEIRA
169.	LUIZ ROBERTO DE SOUZA MEIRA
170.	MANOEL ACÁCIO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA E SILVA
171.	MANOEL DE NAZARÉ SANTANA RIBEIRO
172.	MANOEL DE NAZARÉ SANTANA RIBEIRO
173.	MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO
174.	MANOEL NAZARETH SANT' ANNA RIBEIRO
175.	MANOEL NAZARETH SANT' ANNA RIBEIRO
176.	MANOEL NAZARETH SANT' ANNA RIBEIRO
177.	MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR
178.	MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR
179.	MARCO VINICIUS EIRÓ DO NASCIMENTO
180.	MARCOS XIMENES PONTE
181.	MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO
182.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
183.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
184.	MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS
185.	MARIA DE LOURDES SILVA DA SILVEIRA
186.	MARIA DE NAZARÉ KÓS MIRANDA MARQUES
187.	MARIA DE NAZARÉ KÓS MIRANDA MARQUES
188.	MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
189.	MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL
190.	MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL
191.	MARIA EUGENIA MARCOS RIO
192.	MARIA ISABEL CASTRO AMAZONAS
193.	MARIA REGINA MANESCHY FARIA
194.	MARIA REGINA MANESCHY FARIA SAMPAIO
195.	MARIA RUTE TOSTES DA SILVA
196.	MARILÉA FERREIRA SANCHES
197.	MÁRIO DA COSTA BARBOSA
198.	MARIO MONTEIRO MALATO
199.	MARIO NAZARENO ROCHA
200.	MARIO XAVIER TEIXEIRA
201.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
202.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
203.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
204.	NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
205.	NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS JUNIOR
206.	NILO ALVES DE ALMEIDA
207.	NILO ALVES DE ALMEIDA
208.	NILO ALVES DE ALMEIDA
209.	NILSON PINTO DE OLIVEIRA
210.	NILSON PINTO DE OLIVEIRA
211.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE
212.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE
213.	OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE
214.	ORLANDO ANTÔNIO SARMANHO FRADE
215.	ORLANDO MENDES CARNEIRO
216.	PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA
217.	PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA

218.	PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO
219.	PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO
220.	PAULO ELCÍDIO CHAVES DE NOGUEIRA
221.	PAULO ELCÍDIO CHAVES DE NOGUEIRA
222.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
223.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
224.	PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA
225.	PAULO FERNANDO MACHADO
226.	PAULO FERNANDO MACHADO
227.	PAULO JOSÉ CAMPOS DE MELO
228.	PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO
229.	PAULO MENDES BARROSO REBELLO
230.	PAULO ROBERTO CHAVES FERANADES
231.	PAULO ROBERTO CHAVES FERANADES
232.	PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES
233.	PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES
234.	PAULO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO
235.	PAULO SÉRGIO MOTA PEREIRA
236.	PAULO SÉRGIO MOTA PEREIRA
237.	PEDRO ABÍLIO TORRES DO CARMO
238.	PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA
239.	PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA
240.	PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO
241.	PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO
242.	PEDRO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO
243.	RAMIRO JAYME BENTES
244.	RAMIRO JAYME BENTES
245.	RAÚL DOS SANTOS AMARAL
246.	RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE
247.	ROBERTO DA COSTA FERREIRA
248.	ROBERTO DA COSTA FERREIRA
249.	ROBERTO DA ROCHA KÓS
250.	ROBERTO DA ROCHA KÓS
251.	ROBERTO PESSOA CAMPOS
252.	ROBERTO RIBEIRO CORRÊA
253.	ROMERO XIMENES PONTE
254.	ROMERO XIMENES PONTE
255.	ROMERO XIMENES PONTE
256.	RONALDO BARATA
257.	RONALDO BARATA
258.	ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA
259.	ROSA MARIA LIMA DE FREITAS
260.	ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES
261.	ROSEMARY SILVA DE OLIVEIRA GÓES
262.	ROSINÉLI GUERREIRO SALAME
263.	ROSINÉLI GUERREIRO SALAME
264.	SAHID XERFAN
265.	SAHID XERFAN
266.	SAULO CASTRO COSTA
267.	SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA MANESCHY
268.	SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA MANESCHY

269.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE
270.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE
271.	SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE
272.	SÔNIA LÚCIA BASTOS MARANHÃO
273.	SULEIMA FRAIHA PEGADO
274.	SULEIMA FRAIHA PEGADO
275.	TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA
276.	TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA
277.	THEREZINHA MORAES GUEIROS
278.	VALÉRIA VINAGRE PIRES FRANCO
279.	VALRY BITTENCOURT FERREIRA
280.	VALRY BITTENCOURT FERREIRA
281.	VILMOS DA SILVA GRUNVALD
282.	VITOR MANOEL JESUS MATEUS
283.	WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES
284.	WANDENKOLK PASTEUR GONÇALVES
285.	WILSON MODESTO FIGUEIREDO
286.	WILTON DE QUEIROZ MOREIRA
287.	WILTON SANTOS BRITO
288.	ZENO AUGUSTO BASTOS VELOSO

Fonte: Elaborado a partir dos Termos de Posse (SEAD, 2012)